

**Plano Diretor
de Tecnologia da
Informação e Comunicação
para o IBGE
(Documento no âmbito da DI)**

2010

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidente

Eduardo Pereira Nunes

Diretor Executivo

Sérgio da Costa Côrtes

Diretor de Informática

Paulo César Moraes Simões

Coordenador de Serviços de Informática

José Luiz Thomaselli Nogueira

Equipe Preliminar deste PDTI – âmbito da DI

Andréia Fernandes da Silva

Arnaldo Lyrio Barreto

José Luiz Thomaselli Nogueira (coordenador)

Luiz Gutman

Maria Célia Pelisson Jacon

Neide de Mello

Neusa Mansour

Vânia Costa

Sumário

Capítulo 1 – Introdução Geral ao Plano Diretor de Tecnologias de Informação e Comunicação do IBGE

Capítulo 2 - Visão Geral do Ambiente de TIC no IBGE

Histórico

Organização

Visão Panorâmica da Tecnologia

Plataformas e Aplicações Atuais

Serviços de Infraestrutura

Administração do Acervo e Uso das Bases de Dados

Ambiente de Desenvolvimento de Sistemas

Capítulo 3 - Metas Institucionais

Metas Institucionais do IBGE e Planejamento Estratégico da DI

Plano Orçamentário da DI

Capítulo 4 – Atendimento aos Programas e Ações do IBGE para 2010

Programas e Ações da Diretoria Executiva

Programas e Ações da Diretoria de Pesquisas

Programas e Ações da Diretoria de Geociências

Programas e Ações do Centro de Documentação e Disseminação de
Informações

Programas e Ações da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Programas e Ações da Coordenação Operacional do Censo

Programas e Ações Especiais

Programas e Ações da Diretoria de Informática

Anexo 1 – Lei Orçamentária 2010 – IBGE

Anexo 2 – Orçamento do IBGE 2010, segundo códigos e especificações por
classes orçamentárias

Anexo 3 – Orçamento do IBGE 2010, segundo o tipo de despesa

Anexo 4 – Ações por função e subfunções orçamentárias

Anexo 5 – Responsáveis pela gestão do PPA

Capítulo 1 – Introdução Geral ao Plano Diretor de Tecnologias de Informação e Comunicação do IBGE

Em atendimento às orientações contidas nas Portarias nº 11, de 28 de dezembro de 2008, e nº 08, de 12 de agosto de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação / MPOG, e após a realização do Auto-Diagnóstico ao longo de 2009, o IBGE elaborou seu Plano de Metas, no qual descreveu as metas institucionais para os anos de 2009 e 2010 e os prazos correspondentes.

Este documento, intitulado PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO IBGE, inicialmente no âmbito da DI, visa esclarecer, resumidamente, o estágio atual do parque tecnológico do IBGE e de todos os seus projetos, apresentando, gradualmente, as Metas Institucionais do IBGE junto ao planejamento estratégico da Diretoria de Informática, com seus desdobramentos financeiros inclusive, e, ao final, uma lista de todos os programas e ações da Instituição para o ano de 2010. Tal lista é imprescindível para que se tenha uma visão panorâmica das atividades do IBGE e, num curto espaço de tempo, coordenaremos e daremos total transparência aos Gestores e à Sociedade sobre o uso, os custos e os investimentos de TI realizados dentro da Instituição. Acreditamos que seja este um dos objetivos principais de qualquer Plano Diretor e julgamos extremamente salutar tal organização.

O IBGE, e particularmente a Diretoria de Informática, está extremamente atento aos atos administrativos da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI – e contará com as ofertas de auxílio. Por conta da SLTI também o IBGE criou o Comitê de elaboração do PDTI e já alocou determinada equipe de funcionários para trabalhar no Plano Diretor de TI, observando os núcleos de Governança, Contratações e Padronização Tecnológica recém-criados nessa Secretaria em março de 2010 (resoluções 2, 3 e 4 da SLTI/MP).

No documento completo, a ser divulgado até início do segundo semestre de 2010, o nível de detalhamento do parque tecnológico será acrescido com informações técnicas de cada recurso, além dos planos futuros para atualização. A descrição e quantificação dos recursos humanos especializados em TI, observadas no Programa de Melhoria da Qualidade na Gestão Institucional (do Projeto de Gestão por Competência), também é desejável para todos os programas e ações do IBGE e uma metodologia está sendo criada para contabilizar tais alocações.

Enfim, cabe ressaltar apenas que, apesar do esforço da equipe e dos gestores do IBGE, há uma natural necessidade de apoio da SLTI e principalmente de treinamento específico em ferramentas de gestão, como o *Control Objectives for Information and related Technology* (CobiT) e *Information Technology Infrastructure Library* (ITIL), além de consultores para colaborar e adequar tais metodologias às características singulares do IBGE.

Capítulo 2 - Visão Geral do Ambiente de TIC no IBGE

Histórico

A existência de **informações estatísticas e geográficas públicas** confiáveis e atualizadas é essencial para a consolidação de uma sociedade democrática e indispensável ao aumento da eficiência na concepção, formulação, execução e transparência das políticas públicas.

Ao revelar o estado de economias e de populações, as informações estatísticas fazem um retrato objetivo do país, promovendo uma relação mais democrática entre governantes e governados. Por essa razão, cabe aos governos democráticos garantir a credibilidade das informações, assegurando condições de autonomia para sua produção com qualidade e confiabilidade e preservando-as de qualquer ingerência de ordem política ou conjuntural.

As informações produzidas por instituições oficiais estão mudando muito rapidamente, não só dentro dos países, mas também entre países. Um **novo perfil de demanda** está levando os órgãos responsáveis por elas a alargarem o âmbito de sua cobertura temática e espacial, atentando-se inclusive para a sua dimensão global. Em resposta a essas mudanças na demanda, e beneficiando-se dos **avanços na tecnologia de informação e na tecnologia de comunicação - TIC**, abre-se à oferta com a emergência de outros órgãos produtores de estatísticas dentro dos países. Com isso, aumenta a **necessidade de coordenação**, o que reforça a maior presença e essencialidade de um órgão central voltado à produção de informações estatísticas e geográficas públicas.

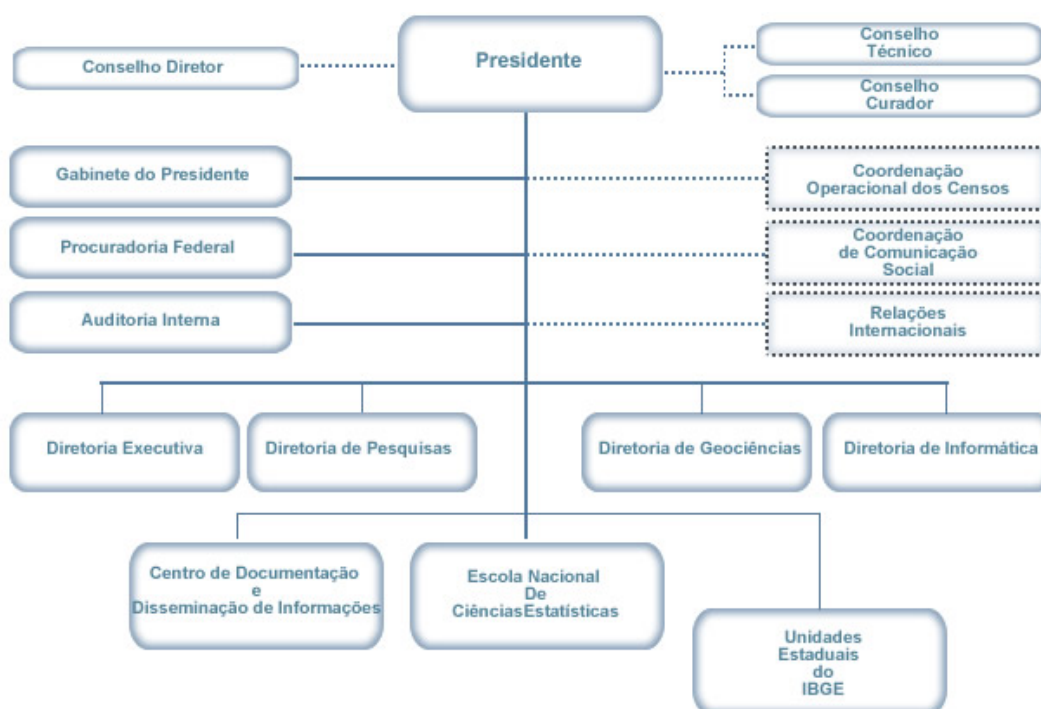
No Brasil, o **IBGE** cumpre, há mais de setenta anos, o papel de **órgão central produtor de informações estatísticas e geográficas públicas**, retratando com fidelidade a realidade brasileira. A clara consciência dos condicionantes estratégicos, aos quais estará submetido no futuro imediato, coloca para uma instituição com tal perfil, diversos desafios, de modo a adequar-se aos novos tempos. Dois desafios, pelo menos, destacam-se neste processo: primeiro, o conviver com **recursos públicos escassos**, em meio a uma crise fiscal que vem se agravando já de longa data; segundo, articular-se com **novos atores públicos e privados** envolvidos na produção e na disseminação de informações. Como os países precisam que elas sejam contínuas, abrangentes, estáveis e comparáveis, nacional e internacionalmente, para serem tomadas como **bens públicos**, é preciso desenvolver condições que garantam uma contínua oferta de informações, sem as quais a democracia inevitavelmente se enfraquecerá. Para tanto, **é crucial que o órgão central de estatística e geografia seja reconhecido e fortalecido politicamente.**

Num tal contexto, o IBGE deve empenhar-se no uso de metodologias avançadas no trabalho de campo e no trabalho de análise, lançando mão da melhor tecnologia de informação e da tecnologia de comunicação; deve ampliar sua qualificação como analista de resultados, o que naturalmente requer capacitação

técnica e uma sólida e moderna disseminação; deve também se tornar mais ágil no estabelecimento de alianças e vínculos de cooperação com outros órgãos produtores e instituições afins, nacionais e internacionais; e mais, deve empenhar-se na **garantia de sua independente institucionalização**.

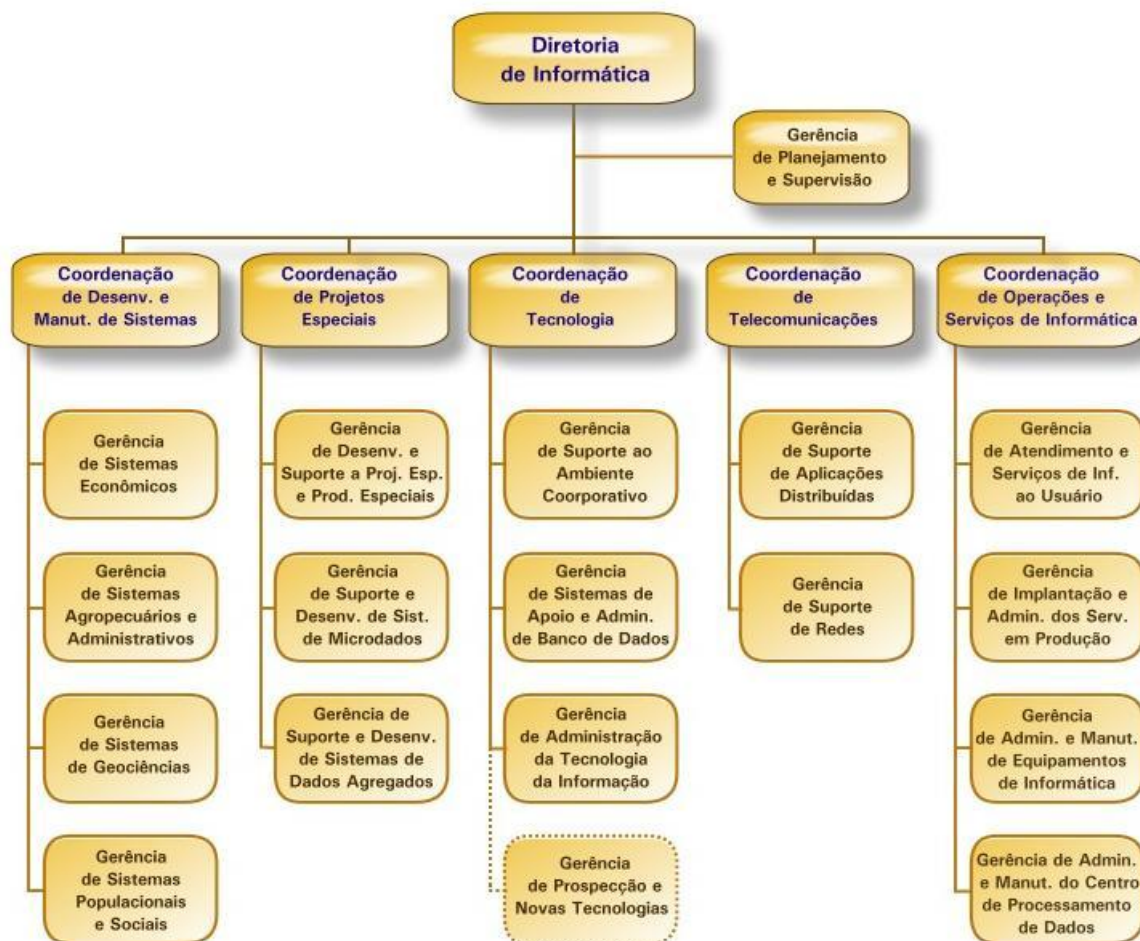
Organização

ORGANIZAÇÃO DO IBGE



Conforme o organograma acima, o IBGE é composto dos órgãos de sua Presidência (PR), de quatro diretorias, Executiva (DE), de Pesquisas (DPE), de Geociências (DGC) e de Informática (DI), de um Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI), da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), de Unidades Estaduais (UEs) localizadas em todos os 27 estados do país, contando ainda com Agências situadas em 533 municípios entre os 5434 do Brasil.

Organização da Diretoria de Informática



(conforme BI nº 34 de 15 de julho de 2009 – CCS)

Visão Panorâmica da Tecnologia

Os recursos financeiros de custeio em 2010 para a Diretoria de Informática do IBGE estão estimados em **R\$ 20.840.740,00**, distribuídos entre gastos de comunicação de dados, consumo, serviços, consultorias e outros comuns a todas instituições de grande porte que têm a informação como a base principal de suas funções. Para efeito da operação censitária do ano 2010, soma-se a esse valor a quantia de **R\$ 67.634.787,97**, conforme descrevemos posteriormente neste documento.

A Arquitetura de Informática do IBGE reflete a evolução das Tecnologias da Informação e de Comunicação (TIC) e vem sendo modificada ao longo dos anos, de maneira a manter-se um equilíbrio entre os anseios e diretrizes institucionais e governamentais e a disponibilidade de recursos financeiros, visando, além disso, a manutenção e/ou melhoria da qualidade dos trabalhos do IBGE com a diminuição dos custos, e o atendimento das necessidades da Instituição.

A Arquitetura atual da infraestrutura tecnológica do IBGE adota os seguintes princípios:

- acesso a todos os recursos da rede IBGE (processadores e seus recursos interconectados e localizados em todo o país) a partir de uma estação de trabalho;
- convivência de ambientes operacionais heterogêneos;
- ambiente de software compatível com as exigências de processamento de pesquisas e estudos do IBGE assim como com as diretrizes governamentais;
- ampla capacidade de transmissão de dados, comunicação, e rede de serviços com abrangência nacional.

Quanto aos recursos de TI hoje existentes no IBGE, temos a seguinte relação resumida, devendo ser esclarecido que em 2010 temos na Instituição um ano atípico quanto ao trabalho, em razão do Censo Demográfico decenal, e respectivos arranjos para viabilizar tal trabalho:

- Capacidade de armazenamento de 90TBytes
- 260 servidores
- 8.000 estações clientes
- 36 redes locais interligadas
- 232.500 equipamentos de coleta
- Sistemas de impressão departamentais com gerência
- Gerenciadores de banco de dados
- Desenvolvimento de sistemas aplicativos para diversos ambientes

Plataformas e Aplicações Atuais

O IBGE possui um ambiente computacional distribuído no qual todos os serviços estão disponíveis aos seus funcionários a partir de suas estações de trabalho. Mais de 70% das atividades de aplicações de TI estão voltadas para a plataforma Windows; o restante das atividades é realizado basicamente na plataforma Unix.

Plataformas

Mainframe

IBM processador 2098-E10 sistema operacional z/OS e z/VM LINUX.

Ambiente Servidores/Workstation

Fornecedores diversos, com equipamentos de até 64 GB de memória, utilizando sistemas operacionais Windows NT Server, Windows 2000, RedHat, SuSE e Debian GNU/Linux 4.

Ambiente de Coleta

82.500 PDAs Mio 1.550

150.000 PDAs LGE GM750Q

Ambiente de Armazenamento

Três equipamentos de armazenamento corporativo, 2105-F20 (Shark) com 2.1TB, 2105-800 (BabyShark) com 10TB e DT4700 com 5TB

Quatro equipamentos NAS com 7 TB

Outros equipamentos de menor porte

Rede SAN e backup controlado por TSM (Tivoli Storage Manager)

Ambiente de Software

Desktop Padrão

Aplicação	Produtos
Sistema Operacional	Microsoft Windows XP ou Windows Vista
Automação de escritório	Microsoft Office (Word, Excel, Powerpoint, Access) / Br Office
Email / Agenda	Lotus Notes 8.0.1
Web Browser	Microsoft Internet Explorer
Anti-vírus	ForeFront
Suporte a Aplicações	Microsoft, .NET, Framework, SAS, JAVA, Asp, Virtual Machine, PHP

Bancos de Dados

Os sistemas gerenciadores de bancos de dados mais comuns usados no IBGE são: Microsoft SQLServer, Oracle e SAS. Também são usados, em pequena escala, Notes, Access, DB2, PostGRES, MySQL, DBISAM, InterBase, Firebird.

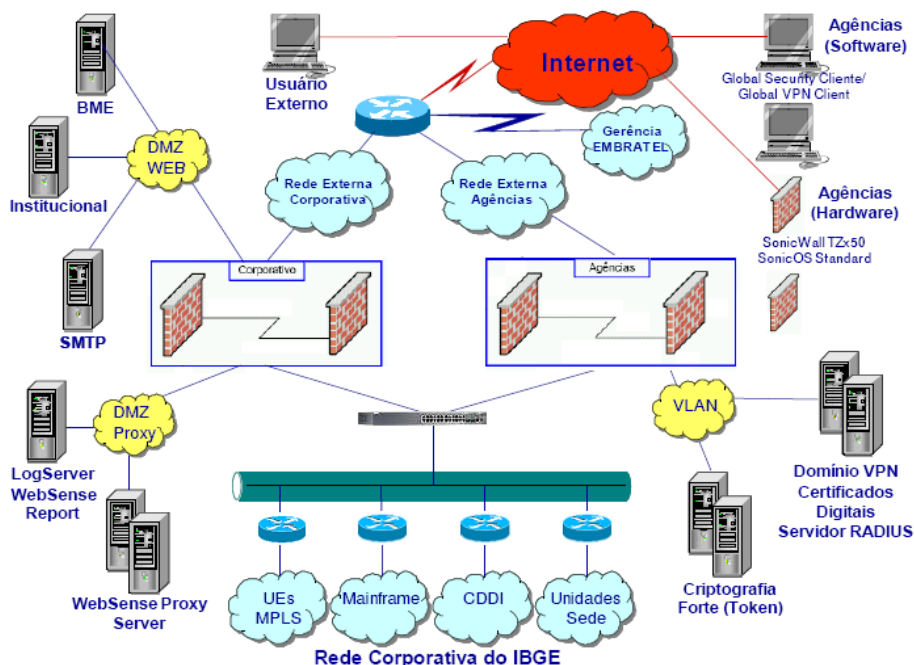
A utilização do SGBD **ORACLE** é direcionado a sistemas que manuseiam grandes bases de dados (devido a sua robustez). O mesmo atualmente é utilizado em 90% dos sistemas de apuração das pesquisas da Diretoria de Pesquisas - DPE, na totalidade dos sistemas corporativos da Diretoria Executiva - DE, em vários sistemas da Diretoria de Geociências - DGC e também nos sistemas para disseminação e exploração, tais como o BME, o SIDRA e o Metadados.

Redes

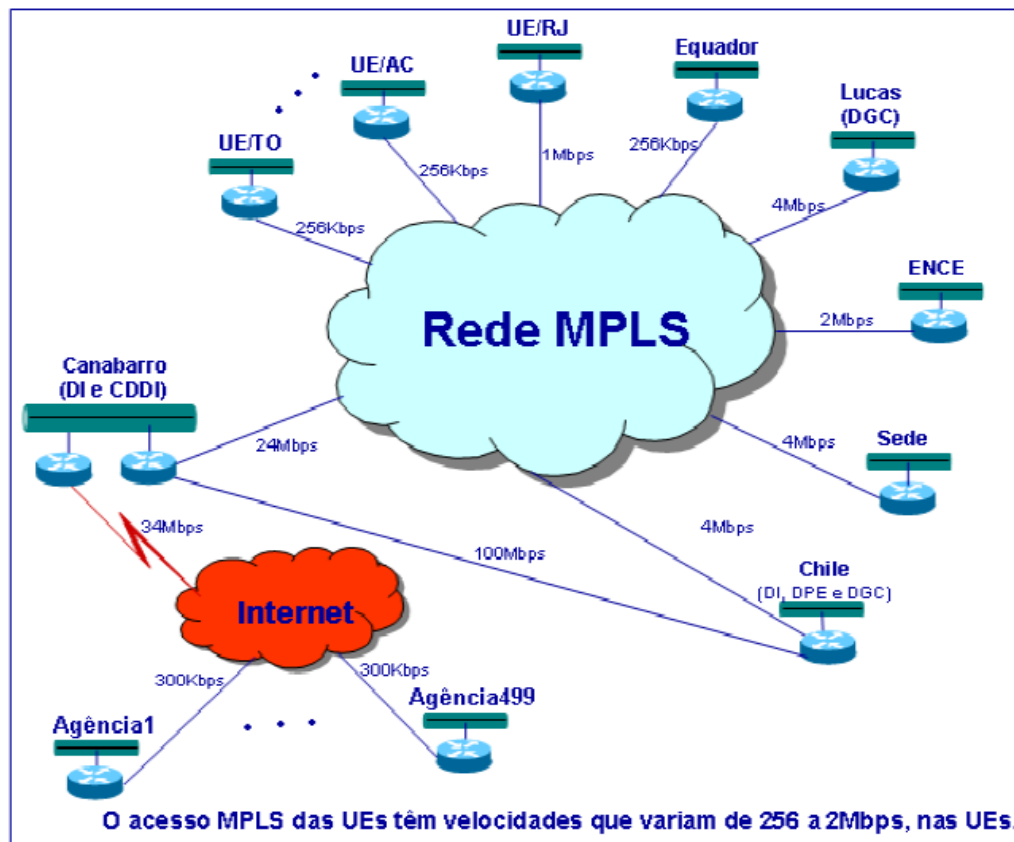
A Rede IBGE e sua abrangência englobam a rede de computadores e demais recursos e uma solução de telecomunicações (Rede Corporativa, contratada à Embratel). O porte total da Rede IBGE é de **438 Mbps** ao custo mensal de R\$ 652.883,71.

A Rede Corporativa do IBGE utiliza uma infra-estrutura de rede multiserviços, com tecnologia MPLS (*Multi Protocol Label Switching*), que permite a priorização de tráfego de acordo com a exigência de cada tipo de serviço, o que garante um melhor desempenho para as aplicações corporativas de produção como: voz, produção, Intranet, Internet etc, possibilitando implementar Qualidade de Serviço (QoS).

A arquitetura da Rede Corporativa do IBGE é mostrada na figura a seguir:



A figura a seguir mostra a arquitetura da Rede Corporativa de Voz e Dados do IBGE que atende toda a rede do IBGE.



Acesso à Internet

O IBGE oferece serviços e informações pela Internet tanto para seus usuários internos quanto para o público em geral. Da mesma forma, seus funcionários usam a Internet para alimentar a base de dados de pesquisas e para se corresponderem com fornecedores, prestadores de serviços e consultoria. A cada dia que passa mais e mais divisões optam por disseminar informações pela Internet, através de servidores Web.

Para atender esse tráfego o IBGE possui hoje, no Complexo Canabarro, onde está centralizado o serviço Web, um acesso de saída para a Internet de 34Mbps e outro de igual velocidade para a comunicação das agências à Intranet e serviços de produção de pesquisas do IBGE.

Para o Censo Demográfico 2010 está sendo implantada uma solução independente composta por dois acessos de 155Mbps no Complexo Canabarro e da implantação dos 4 pólos de centralizadores do Censo. As subáreas e postos de coleta censitários serão atendidos com acesso de banda larga de tecnologias diversas, como 2G/3G, satélite e ADSL.

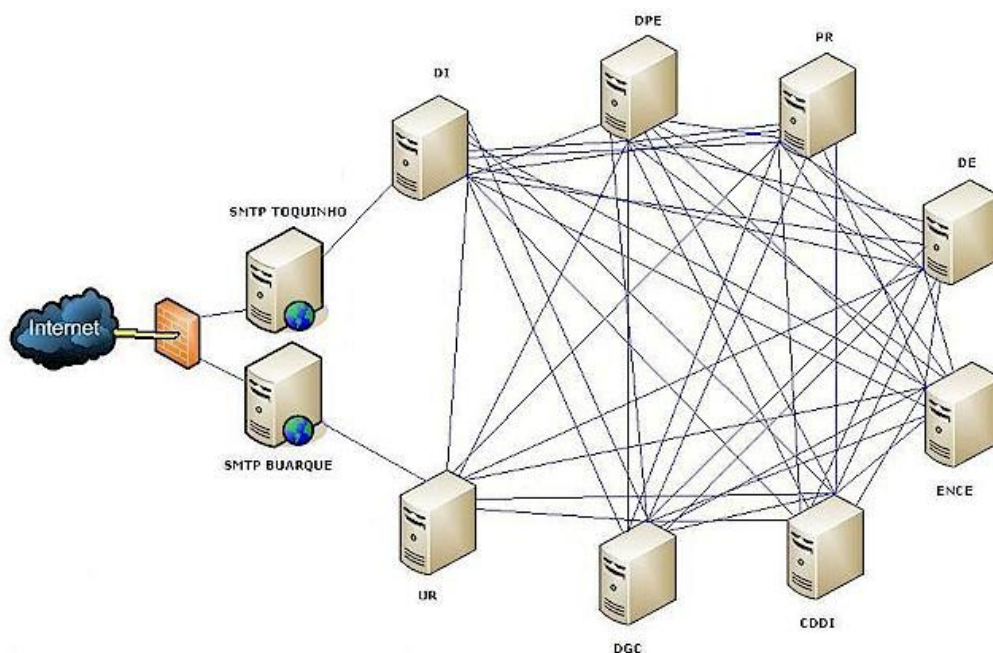
Serviços de Infraestrutura

Comunicações/Email

O Lotus Domino é a ferramenta de correio eletrônico do IBGE há 10 anos. A padronização de um único software para correio eletrônico foi uma solicitação do Conselho Diretor do IBGE e, na época, optou-se pelo software Lotus Domino.

O ambiente Lotus Domino do IBGE é composto por servidores, utilizando várias versões diferentes do software (4.6.x, 5.0.x, 7.0.2 e 8.0.1), configurados em um sistema de domínios separados por áreas internas (hierarquias), com cada hierarquia possuindo seu próprio caderno de endereço (*Address Book*), totalizando 8 *Address Books*. Os usuários utilizam o Lotus Notes em suas estações de trabalho.

Esses servidores estão fisicamente no Complexo Canabarro e, tanto os servidores (replicações de bancos de dados) quanto os funcionários (envio de emails), se comunicam via rede do IBGE num tráfego constante.



Administração do acervo e acesso aos dados

Somando-se ao esforço do IBGE para consolidar o conceito de que seu principal produto é o acervo de informações coletadas e processadas, atuais e históricas, materializado em uma imensa base de dados, foram aperfeiçoadas ferramentas que facilitam a guarda desse acervo, tornando-o seguro, confiável, coerente, inteligível e acessível mesmo aos não versados em seus meandros. Novos meios foram também implementados para a divulgação e disseminação das informações armazenadas. Dentre os progressos obtidos visando esses objetivos, destacam-se: a criação das diversas versões do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) para divulgação de dados agregados, pelo acesso de microcomputadores ligados à Internet; a implantação do ambiente do Banco de Metadados, contendo as descrições dos dados das pesquisas do IBGE e sua integração com os sistemas de apoio para processamento de dados estatísticos; e outro também importantíssimo progresso com a implantação do *Datawarehouse* institucional denominado Banco Multidimensional de Estatísticas – BME. Todos estes serão devidamente descritos, em detalhes, no documento completo do Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação do IBGE.

Ambiente de Desenvolvimento de Sistemas

Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas - MDS

Em setembro de 2007, iniciou-se a revisão da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas (MDS) existente na Diretoria de Informática, baseando-a na RUP – *Rational Unified Process*. Sua customização está em fase de testes através de um Projeto Piloto que foi iniciado em meados de 2008. A RUP é uma metodologia orientada a objetos que se utiliza fortemente da ferramenta UML para identificar e documentar requisitos de negócios e requisitos funcionais, diagramas de casos de uso, de atividades etc.

A implantação dessa nova metodologia será feita em conjunto com os clientes dos sistemas Institucionais, de forma gradativa e totalmente apoiada na Modelagem dos Processos da área de desenvolvimento. Em paralelo, será implantado um sistema de Gerenciamento de Projetos, que foi desenvolvido internamente e que também está sendo testado no mesmo projeto piloto da MDS.

Os serviços de desenvolvimento são fornecidos para as diversas plataformas existentes no IBGE. As ferramentas de desenvolvimento utilizadas em cada uma das plataformas, são, resumidamente, as seguintes: SAS, Visual Studio.Net (VB.net, C#) e o Visual SourceSafe (para aplicações de coleta e captura de dados em PDAs), Oracle (Oracle Development Suite 11G), Lotus Notes, Delphi, PostgreSQL e os para desenvolvimento para Web como ASP, ASP.net, PHP, Java, Javascript, Notes Domino, Dreamweaver e HTML.

Capítulo 3 - Metas Institucionais para Tecnologia de Informação e Comunicação

As principais metas de tecnologia propostas pelo IBGE para o biênio 2010 – 2011, conforme as orientações da SLTI/MP e do Acórdão nº 1.603 TCU, que trata da necessidade da realização do planejamento estratégico para a Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos públicos, são:

META 1: CRIAÇÃO DO COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

1. Introdução: Conforme as orientações contidas na IN nº 04/SLTI e as diretrizes para a formação da EGTIC (Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação), Portaria nº 11/SLTI de 30 de dezembro de 2008, o IBGE instituiu o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE.

Este Comitê é responsável pelo tratamento dos temas prioritários de segurança da informação e das comunicações do IBGE, atendendo à IN nº 01 do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que disciplina a gestão da Segurança da Informação e da Comunicação na Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundação.

O Comitê possui as seguintes competências:

- Deliberar sobre diretrizes, normas, padrões, metodologias, planos, programas e projetos de Segurança e Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Realizar a aprovação de planos de investimentos em Segurança e Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Criar e avaliar os indicadores de acompanhamento da implantação dos planos estratégicos de Segurança e Tecnologia da Informação e Comunicação, bem como fiscalizar sua execução e propor medidas para correção;

2. Objetivo: Criar uma instância institucional destinada a organizar os trabalhos propostos para a execução da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação - EGTIC.

3. Atividade/Execução: Criação do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE.

4. Prazo estimado: Dezembro de 2010.

5. Responsável: IBGE.

Projetos Associados da Diretoria de Informática à Meta 1:

a) *Implantar Gestão Institucional de Tecnologia da Informação e Comunicações.*

Promover, em coordenação com as outras áreas setoriais da Instituição, as ações de planejamento e acompanhamento da capacidade, da qualidade e da disponibilidade de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicações necessárias para a manutenção e implantação de sistemas e serviços na Instituição e para a constante observação da adequação desses serviços aos recursos disponíveis ou a planos ou previsões existentes para seu crescimento. Promover, também, o acompanhamento das contratações de recursos e serviços de TIC segundo diagnósticos da situação existente, as necessidades dos diversos órgãos setoriais e em alinhamento com as determinações governamentais e legais.

Todos os outros objetivos estratégicos se relacionam com este, tanto para norteamiento de suas ações como para emissão de indicações de necessidades de alterações ou atualizações.

- a) Indicar a criação de instâncias representativas dos diversos órgãos setoriais da Instituição para a organização dos trabalhos, a reunião das informações necessárias e o levantamento das necessidades a serem cobertas na construção de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.
- b) Coordenar a construção do Plano Diretor da Tecnologia da Informação – PDTI como instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de TIC, atendendo, inclusive, a Instrução Normativa 04 de 19/05/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do MPOG, incluindo o plano de comunicação para a Instituição.
- c) Manter o PDTI da Instituição permanentemente atualizado e registrado, por meio de revisões periódicas.
- d) Aprimorar e manter atualizado o documento *Diretrizes para Tecnologia da Informação e Comunicações*, com os padrões de utilização de recursos gerais de TIC, promovendo, para tal, consultas e discussões com as áreas usuárias.
- e) Aprimorar e manter as normas de utilização de recursos institucionais de TIC, tomando providências para seu atendimento.
- f) Acompanhar as execuções de contratações, as implantações e atualizações de serviços e recursos de TIC, verificando sua adequação ao PDTI e ao documento de Diretrizes, avaliando conseqüências e promovendo suas atualizações, quanto consideradas necessárias e adequadas.
- g) Implantar um programa de melhoria contínua da qualidade dos processos de TIC na Instituição, por meio da definição de medições e metas a serem atingidas, avaliação contínua de desvios e indicação de correções, treinamentos ou outras ações corretivas.
- h) Implantar e normatizar o Escritório Corporativo de Projetos de TIC.

META 2: ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.

1. **Introdução:** A Política de Segurança da Informação do IBGE será elaborada em consonância com as Leis 8.159, de 08 de janeiro de 1991, 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e com a Lei 9.983, de 14 de julho de 2000, além dos Decretos 3.505, de 13 de junho de 2000, e 4.553, de 27 de dezembro de 2002. O acompanhamento da implantação da política de segurança da informação, bem como a orientação pela adoção de instrumentos para sua execução, serão deliberados pelo Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE.
2. **Objetivo:** Elaborar, publicar e executar a Política de Segurança da Informação e Comunicação do IBGE.
3. **Atividade/Execução:** Aplicação da Política de Segurança da Informação estabelecida.
4. **Prazo estimado:** Dezembro de 2010.
5. **Responsável:** Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE.

Projetos Associados da Diretoria de Informática à Meta 2:

a) Implantar ambiente de segurança da informação.

Promover o estudo, o aprimoramento, a elaboração e a implantação de uma Política Institucional de Segurança da Informação que garanta a confidencialidade de informações em processo de sua produção ou do acervo, através de definições de regras e permissões de acessos, estabelecimento de responsabilidades por controle de sigilo e critérios de responsabilidades por autorizações, observada a operacionalidade dos procedimentos de trabalho, as indicações governamentais e a legislação apropriada.

Promover os meios necessários à garantia de permanente existência de arquivos de dados, por meio de sistemas de cópias de segurança, sua guarda em locais diferenciados e apropriados, sua constante reciclagem e aferição. Promover, também, a implantação de instrumentos acessórios a execução do Plano Institucional de Segurança e a conscientização do corpo funcional da Instituição.

- a) Indicar a criação de instâncias representativas dos diversos órgãos setoriais da Instituição para a organização dos trabalhos, a reunião das informações necessárias e o levantamento das necessidades a serem cobertas na construção de uma Política de Segurança da Informação.
- b) Prospectar, estudar e prover ferramentas e serviços adequados aos controles de segurança e prover sua implantação.

-
- c) Coordenar a elaboração de uma Política de Segurança da Informação e planejar sua implantação gradual e em sincronismo com prioridades definidas institucionalmente e com as classes temáticas de sistemas e dados.
 - d) Prover instrumentos de controle e normas para segurança de acesso aos dados e aos recursos corporativos, tanto por funcionários envolvidos nos processos específicos quanto por outros.
 - e) Aprimorar e aplicar aos sistemas atualmente em produção os controles de segurança já disponíveis mesmo durante o processo de criação de meios e planos para o Plano Institucional de Segurança.
 - f) Manter os sistemas de apoio e procedimentos necessários para a segurança da existência e recuperação das informações por todo o processo de produção e indefinidamente, em situações de destruição intencional ou acidental.
 - g) Definir e implantar uma segurança de ingresso aos centros de armazenamento e processamento de dados.
 - h) Estudar a adequação, definir e implantar uma segurança contra contingências, com planos de recuperações e alternativas de processamento.

b) Aprimorar o ambiente de segurança da Internet corporativa e rede multiserviços de comunicações com monitoramento.

Promover o estudo, o aprimoramento, a elaboração e a implantação de políticas de controle de acessos indevidos à rede corporativa, sejam com invasões para acesso, destruições ou pela introdução ou propagação de ataques.

- a) Definir políticas de entrada e segurança nas redes corporativas locais, remotas ou sem fio (controle de permissões de entradas – “logins”, antivírus, controles de intrusos e acessos indevidos a rede e páginas de Internet – “firewalls”, controle de entrada inadequada de e-mails – “anti-spam”).
- b) Prospectar, estudar, escolher e prover ferramentas e serviços adequados aos controles de segurança de rede.
- c) Reestruturar as redes internas do IBGE, permitindo a execução de políticas para sua segurança e aperfeiçoando a monitoração de segurança e de disponibilidade.
- d) Integrar as Agências de Coleta e Unidades Estaduais aos serviços da rede IBGE, englobando-as nas políticas de segurança da rede corporativa.

META 3: ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO PARA O SETOR DE TIC.

1. Introdução: As ações relativas a investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), e as bases para consultas e referências de preços nas aquisições de bens e serviços de TIC, devem estar subordinadas ao disposto na Lei 11.768, de 14/08/2008, em seu artigo 12 Inciso "XX", a qual determinou que o Projeto e a Lei Orçamentária de 2009 discriminassem, em categorias específicas de programação, os recursos destinados ao atendimento das demandas da Tecnologia da Informação e Comunicação, incluindo hardware, software e serviços, o que resultou na criação da Ação 2003.

Em seguida, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN criou a classificação por subelementos para a identificação dos gastos em TIC em 2010, permanecendo o detalhamento por elemento para as demais despesas.

No IBGE, os investimentos em TIC são previstos e estruturados na meta orçamentária do PPA do Governo Federal, devendo ser contemplados no Planejamento Estratégico da Instituição, que encontra-se em fase de elaboração.

2. Objetivo: Alinhar os objetivos de TIC ao planejamento estratégico do IBGE.

3. Atividade/Execução: Realizar a consolidação / alinhamento da previsão orçamentária anual das diretorias, coordenações (CDDI / ENCE) e Unidades Estaduais, visando a permitir a identificação da previsão dos investimentos em TIC do IBGE e criar detalhamentos que especifiquem as despesas relacionadas à TIC, elaborado pelo Grupo de Planejamento Orçamentário de Tecnologia e Comunicação (GPOTIC).

4. Prazo estimado: Processo contínuo iniciado em 2009.

5. Responsável: IBGE

META 4 – ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PDTIC).

1. Introdução: O Plano Diretor de Informática do IBGE, embora continue atendendo às metas institucionais, necessita de atualização, em virtude da velocidade com que se verifica a evolução dos recursos tecnológicos disponíveis.

2. Objetivo: Atualizar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE - PDTIC.

3. Atividades/Execução: Formação de uma equipe de trabalho para atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE - PDTIC.

O Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE decidiu pela constituição de uma equipe de trabalho **para a atualização do Plano Diretor de TIC do IBGE**, reunindo todas as áreas de gestão de TI do Órgão, a qual deverá representá-lo nas reuniões com a SLTI/MPOG. O objetivo do trabalho, cujo prazo para a conclusão é março de 2010, é promover a atualização do plano de TIC vigente na Instituição, contemplando a indicação de novas soluções e possíveis cenários, garantindo a continuidade do processo de modernização tecnológica do IBGE.

Haverá equipes específicas para o desenvolvimento de cada meta estabelecida, as quais serão responsáveis pela atualização do PDTIC institucional.

O processo de atualização do PDTI do IBGE será constituído das seguintes fases:

- Diagnóstico do negócio: Levantamento das estruturas organizacionais, atribuições, funções, atividades em curso, entre outras; Levantamento dos principais processos organizacionais.
- Constatação da TIC: Levantamento dos principais sistemas de informação, tecnologias, público alvo dos sistemas. Nesta fase serão apontadas deficiências e carências das áreas gestoras em relação a TIC.
- Proposição da solução: alinhamento das expectativas futuras em relação a TIC, alinhados ao planejamento estratégico; Definição das tecnologias, padrões e diretrizes tecnológicas, linguagens, arquiteturas.
- Implantação de ações: Serão discriminados recursos necessários para execução das ações de planejamento. Será relacionada infra-estrutura de hardware e software e de Recursos Humanos para execução das tarefas.

As fases descritas deverão ser submetidas ao Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE para consolidação e publicação do PDTIC do IBGE.

4. Prazo estimado: Março de 2011.

5. Responsável: Grupo de Trabalho para a atualização do Plano Diretor de TI do IBGE, instituído pelo Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação.

META 5: MELHORIA DOS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS.

1. Introdução: Os modelos de gestão de contratos no IBGE carecem de melhorias no seu planejamento e de ferramentas e infraestrutura mais completas e eficazes para subsidiar a atuação dos gestores.

2. Objetivo: Estabelecer um conjunto de normas internas para a regulamentação de todos os processos de aquisições de TI (serviços), em atendimento às exigências contidas nas Instruções Normativas nº 02/2008 e 04/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento - SLTI/MPOG.

3. Atividades/Execução: Formação de um Grupo de Trabalho para desenvolver um conjunto de normas internas para regulamentar todos os processos de aquisições e serviços de TIC.

Este Grupo de Trabalho será responsável por:

- Elaborar o Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos da área de Tecnologia da Informação e Comunicação, de acordo com as diretrizes da Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2008;
- Elaborar o roteiro padrão de Planejamento da Contratação, conforme as diretrizes da Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2008;
- Elaborar minuta de procedimento Operacional disciplinando o fluxo de solicitação e atendimento das demandas de TIC, em atendimento às diretrizes da Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2008.

4. Prazo estimado: Março de 2011.

5. Responsável: IBGE

META 6: PADRONIZAÇÃO DO AMBIENTE DE TIC.

1. Introdução: O IBGE está implementando ações destinadas a promover a padronização do ambiente de TIC em suas diversas áreas de trabalho, tendo como foco o ambiente de desenvolvimento, das linguagens, banco de dados, metodologias e infraestrutura dos sistemas corporativos.

2. Objetivo: Normalizar os padrões e ambientes de TIC para o IBGE.

3. Atividade/Execução: Encontram-se em andamento os projetos de desenvolvimento voltados para a padronização do ambiente de TIC no IBGE. Em relação à infraestrutura de TIC disponível, o IBGE já possui um modelo de inventário e monitoramento do parque computacional, que passa por um processo de aperfeiçoamento, visando à localização dos equipamentos e o monitoramento de sua utilização e vida útil. Nos últimos anos, a infraestrutura de informática do IBGE tem se beneficiado de investimentos cada vez maiores, voltados para a modernização dos recursos disponíveis e sua compatibilização com os novos sistemas de informação em desenvolvimento.

A adoção dos padrões e-PING e e-MAG, dentre outras diretrizes governamentais, são metas estabelecidas pelo IBGE.

4. Prazo estimado: O processo é contínuo, mas já se encontra em andamento a consolidação dos avanços obtidos, que permite o amadurecimento da implantação dos padrões estabelecidos para os órgãos componentes do IBGE.

5. Responsável: IBGE

Projetos Associados da Diretoria de Informática à Meta 6:

a) Incrementar o uso de padrões definidos para intercâmbio de dados e metadados estatísticos e geocientíficos e coordenando as ações de sua internalização.

Aprimorar e manter a utilização de padrões que permitam integração e interoperabilidade entre aplicações e informações da Instituição e de outros diferentes órgãos e, em particular, a utilização dos padrões de interoperabilidade do governo eletrônico.

- a) Coordenar grupos interdisciplinares voltado ao desenvolvimento de produtos em conformidade com os padrões de interoperabilidade.
- b) Manter-se atualizado com relação aos padrões nacionais e internacionais para dados e metadados, avaliando sua utilização pela Instituição.
- c) Promover grupos de trabalho envolvendo áreas finalísticas para estudo de adequação e implantação de novos padrões, visando sua homologação na Instituição.

-
- d) Definir planos de internalização de novos padrões avaliados como adequados à Instituição e como estando no momento oportuno de implantação. Definir a estratégia para adoção dos padrões
 - e) Promover as providências para a implantação de padrões considerados adequados e no momento de utilização.
 - f) Disseminar informações para conhecimento e uso dos padrões definidos.
 - g) Promover providências para a incorporação global do acervo institucional aos padrões de dados e metadados em uso.

META 7: MAPEAMENTO DOS SISTEMAS PARA INCLUSÃO NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO.

1. Introdução: Esta meta já faz parte do processo de gestão de TIC no IBGE, com a inclusão no Portal de Software Público de softwares em uso na Instituição. Encontra-se em andamento a atividade relacionada com a identificação de novos softwares.

2. Objetivo: Compartilhar com a comunidade do Software Público sistemas de informação do IBGE que possam ser utilizados em outros órgãos públicos.

3. Atividade/Execução: Disponibilizar os sistemas em uso no IBGE no Portal do Software Público, com licenças públicas gerais GPL (General Public Licence), e dar continuidade ao processo de avaliação de softwares que possam fazer parte do referido portal. Em paralelo, deve ser mantido o trabalho de prospecção de softwares que possam contribuir para as atividades institucionais.

4. Prazo: Processo contínuo.

5. Responsável: IBGE

Projetos Associados da Diretoria de Informática à Meta 7:

a) Ampliar o uso de ferramentas abertas.

Aumentar o uso de soluções independentes de plataformas operacionais de hardware ou software, permitindo a atenção dos profissionais de TIC e de usuários muito mais às questões críticas do negócio envolvido, sem estarem limitados à oferta de um único fornecedor ou estando com independência para poder migrar sistemas entre diferentes plataformas ou implementações operacionais. Manter atenção sobre o atendimento a recomendações do governo federal.

Manter-se atualizado com relação a soluções ou ferramentas abertas nacionais e internacionais, avaliando sua utilização pela Instituição.

Promover grupos de trabalho envolvendo áreas finalísticas para estudo de adequação e implantação de novas ferramentas abertas, visando sua homologação na Instituição e a sintonia com recomendações do governo federal.

Elaborar planos de incorporação de novas ferramentas abertas consideradas adequadas, indicando capacitações necessárias e obtenção de requisitos.

Promover a implantação de ferramentas abertas consideradas adequadas à Instituição.

Disseminar informações para divulgar novas ferramentas abertas homologadas e indicar as necessidades de atualizações no documento de Diretrizes para Tecnologia da Informação e Comunicações.

META 8: APRIMORAMENTO QUALIQUANTITATIVO DOS RECURSOS HUMANOS DE TIC.

1. Introdução: No IBGE, a equipe de gestão de TIC é reduzida e carece de melhores quadros técnicos. Recentemente foi promovido um concurso com vistas a suprir esta deficiência, mas a capacidade de retenção desta mão-de-obra tem se mostrado ineficaz.

A estrutura organizacional atual é insuficiente para prover os quadros gerenciais necessários para as demandas de um órgão do porte do IBGE.

2. Objetivo: Identificar as necessidades de recursos humanos e de capacitação para promover a gestão de TIC e o planejamento e gestão de contratos de bens e serviços, visando a atender as exigências contidas nas Instruções Normativas nº 02/2008 e 04/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento - SLTI/ MPOG.

3. Atividades/Execução: Obter, com a SLTI, o provimento do quadro de gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Para promover a gestão de TIC e o planejamento e gestão de contratos de bens e serviços, serão necessários pelo menos 26 (vinte e seis) técnicos de informática de nível superior, nas seguintes especializações:

- 08 (oito) especialistas em governança de TIC (COBIT);
- 08 (oito) especialistas em governança de infraestrutura de TIC (ITIL);
- 06 (seis) especialistas em processos de desenvolvimento de software e metrificação em Ponto de Função (MPS-BR e IFPUG);
- 04 (quatro) especialistas em gestão da segurança da informação e comunicação (IN. N.01/2008 / ISO/NBR/IEC nº27.002).

Além disso, a estrutura organizacional do IBGE deve ser revista no sentido de dotá-la de disciplinas/atividades que permitam o atendimento às novas demandas da área de Tecnologia da Informação e Comunicação, tais como:

- Coordenação específica para gestão de comunicações, incluindo rede IP, telefonia, videoconferência, ferramentas de comunicações diversas;
- Área específica para gestão de segurança da informação;
- Grupo específico para gestão da qualidade no processo de desenvolvimento de sistemas;
- Grupo específico para gestão de e monitoramento do nível de serviços de desenvolvimentos e produtos fornecidos por terceiros.

Em complemento, devem ser implementadas ações conjuntas destinadas a promover a capacitação do quadro de pessoal técnico especializado de TIC, viabilizando a participação dos técnicos em gestão de TIC nos treinamentos ofertados pela SLTI/MPOG e ENAP, em disciplinas previstas nas Instruções Normativas nº 02/2008 e 04/2008, e também as especializações necessárias à gestão de TIC como, por exemplo, COBIT, PMI, ITIL e outros.

4. Prazo: A definir, de acordo com os prazos estabelecidos pela SLTI/MPOG e as propostas de novos concursos e de revisão da estrutura organizacional do IBGE.

5. Responsável: IBGE.

META 9: GESTÃO CORPORATIVA DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

1. Introdução: Dados os quantitativos, a diversidade e a necessidade de componentes TIC no IBGE, a meta de Gestão Corporativa das TIC se mostra não somente importante como urgente, evitando desperdícios e fazendo uso otimizado de todos os recursos.

2. Objetivo: Identificar tecnologias e seus usos no IBGE para gerir as TIC de acordo com as necessidades de cada projeto ou atividade da Instituição e coordenar as ações de manutenção, uso e descarte dos recursos, visando a melhor utilização e a otimização dos mesmos.

3. Atividades/Execução: Aprimorar o inventário geral detalhado, incluindo aí contratos de uso de hardware e software.

Manter toda infraestrutura TIC necessária à viabilização dos trabalhos do IBGE.

Desenvolvimento de sistemas gerenciais, de controle da produção e de suporte à decisão.

4. Prazo: Atividade contínua.

5. Responsável: IBGE.

Projetos Associados da Diretoria de Informática à Meta 9:

a) Manter a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações atualizada.

Promover a permanente atualização de ferramentas e serviços de TIC tanto para atendimento a implantação de novas tecnologias quanto a sua adequação a variações nas necessidades da Instituição. Promover também seu correto funcionamento.

Manter estreito sincronismo com a Gestão Institucional de TIC, tanto no atendimento a seus controles quanto à indicação de necessidades de alterações.

Promover a inovação e a universalização constantes de ferramentas e serviços de TIC integradas às atividades da Instituição.

Definir indicadores de desempenho e qualidade para as ferramentas e serviços de TIC.

Monitoramento constante dos recursos e serviços, aferindo e atuando sobre seu desempenho.

Prover infraestrutura de TIC para a cobertura espacial e temática dos produtos e serviços do IBGE e viabilizar sua ampliação.

Promover prospecção em novas tecnologias para indicação de novas atualizações ou implantações.

b) Expandir o serviço de armazenamento e recuperação de informações para uma rede na filosofia de “Data Centers” (central e regionais) e de equipamentos de uso pessoal, assim como ser capaz de alcançar alta taxa de processamento.

Reunir os recursos corporativos de TIC em um ambiente lógico seguro e com uma única visão para seus usuários, implementado por meio de sistemas de armazenamento independentes de meios físicos, de plataformas operacionais e de locais, com meios para cópias de segurança para sistemas e para estações de trabalho e com oferecimento de software de forma corporativa. Isso permitirá facilidades de uso aos usuários, sem preocupação de questões tecnológicas particulares, garantia de preservação de seus dados, garantia de acesso protegido a seus dados por qualquer local da rede corporativa.

Estudar e elaborar um plano de “repotencialização” de recursos na filosofia de “Data Centers”.

Promover prospecção, estudos e escolhas de ferramentas e serviços necessários ao funcionamento na filosofia de “Data Centers”..

Implementar novas soluções de ferramentas de software, hardware e serviços necessários ao trabalho em “Data Centers”.

Manter permanente adequação dos serviços de dados aos recursos tecnológicos existentes e implantação de novos recursos.

c) Implantar soluções genéricas para apoio ao desenvolvimento de sistemas de apuração de pesquisas institucionais.

Promover a prospecção, o desenvolvimento e/ou estudo de adequação e a discussão sobre estratégias de utilização de soluções genéricas, envolvendo áreas finalísticas, estabelecendo objetivos de capacitação e implantação a serem atingidos, a revisão dos processos de trabalho nas áreas de TIC e usuárias e empreender processos de contratação de produtos considerados adequados.

Construir e administrar uma biblioteca de componentes genéricos para apoio aos processos e tratamento de informações estatísticas e geocientíficas.

Manter-se atualizado em novas tecnologias de sistemas abertos adequados à Instituição através de prospecção e intercâmbio com órgãos estatísticos mundiais e com o mercado.

Analisar o impacto dos novos sistemas e serviços na infraestrutura de TIC, visando a avaliação e o atendimento às necessidades de pré-requisitos.

Promover grupos de trabalho envolvendo áreas finalísticas para estudo de adequação e implantação de novas ferramentas, visando sua homologação na Instituição.

Promover a contratação de ferramentas abertas julgadas adequadas aos serviços da Instituição.

Definir estratégia e metas de adoção de soluções julgadas adequadas e criar seu plano de incorporação, incluindo treinamento, estabelecimento de projetos pilotos e internalização.

Agilizar as providências para incorporação de ferramentas genéricas já consideradas adequadas e em vias de testes de implantação.

Disseminar informações para divulgar as soluções genéricas homologadas e indicar as necessidades de atualizações no documento de Diretrizes para Tecnologia da Informação e Comunicações.

d) Prover modernização no atendimento a soluções de sistemas para projetos institucionais.

Manter o atendimento aos processos de desenvolvimento e manutenção de sistemas para as áreas finalísticas do IBGE, promovendo em paralelo a internalização de novas tecnologias de “Business Intelligence” e a modificação nos processos, em consonância com essas áreas, para implantação progressiva das tecnologias e de alterações conseqüentes nos procedimentos de trabalho. A filosofia de “Business Intelligence” – BI visa a organização de dados em bancos de dados integrados a ferramentas especializadas em acesso, extração, análise de informações e apresentação com funcionalidades que capacitam seu pleno uso por utilizadores dos sistemas de informação, sem a necessidade de programações desenvolvidas de forma específica ou particular e sem a necessidade de formação profissional em TIC. São objetivos aqui também a extração de dados de fontes heterogêneas e a livre escolha de formatos para apresentação das informações e emissão de relatórios. Sendo assim, tarefas onde um especialista em TI seria necessário passam a ser realizadas pelos próprios usuários por meio de ferramentas e padrões de BI, definindo, assim, a questão de futuro para as alocações de especializações nas áreas usuárias e de TI.

Promover a revisão dos processos de trabalho para desenvolvimento e manutenção de sistemas tomando por base a visão de gestão por processos, já em andamento na Diretoria de Informática, e a gradativa implantação da filosofia de “Business Intelligence” - BI.

Estudar e internalizar o uso e o incremento de ferramentas de “Business Intelligence” - BI.

Conduzir discussões e capacitação internas e envolvendo as áreas usuárias sobre o uso de ferramentas de BI;

Promover a implantação gradual e em sintonia com as áreas usuárias do uso de BI no desenvolvimento de sistemas.

Adoção de padrões para desenvolvimento de sistemas, visando uniformidade e reutilização de códigos e com a definição de ambientes de teste, homologação e produção.

Adotar processos de teste, auditoria e monitoramento de qualidade de sistemas.

Analisar o impacto dos novos sistemas e forma de funcionamento na filosofia de BI sobre a infraestrutura de TIC, visando a avaliação e atendimento às necessidades de pré-requisitos.

Manter aderência dos processos ao documento de Diretrizes para Tecnologia da Informação e Comunicações e indicar a necessidade de atualizações.

e) Incrementar a organização e o controle da produção de sistemas institucionais.

Garantir os processos de execução de sistemas desde sua implantação segundo planos definidos durante seu planejamento e seu desenvolvimento até sua produção rotineira, verificando em todas as fases a sua adequação aos recursos existentes ou planejados e contribuindo para o processo de Gestão Institucional de Tecnologia da Informação e Comunicações.

- a) Participar dos processos de planejamento de novos sistemas e da implantação de novas soluções de software ou hardware, visando as verificações necessárias de sua adequação à Gestão Institucional de Tecnologia da Informação.
- b) Indicar a necessidade de obtenção de novos recursos necessários à implantação de sistemas, em sintonia com a Gestão Institucional de TIC.
- c) Construir os processos de produção, compostos de homologação da correção na utilização dos recursos segundo o planejamento inicial e plano de implantação,
- d) Garantir a continuidade dos serviços, mantendo as condições de infraestrutura física dos ambientes de processamento.

-
- e) Promover a participação de áreas regionais envolvidas, tanto em novos sistemas quanto em sistemas em produção, dando suporte às atividades necessárias a sua produção.
 - f) Assegurar a execução de serviços de forma adequada.

f) Desenvolvimento e Produção dos Sistemas Informatizados para Atendimento aos Programas e Ações do IBGE.

Garantir que todos os Programas e Ações do IBGE sejam devidamente atendidos pela Diretoria de Informática e suas coordenações, buscando o planejamento minucioso das rotinas, conhecendo os processos, assim como seus insumos, necessidades e resultados, sugerindo soluções tecnológicas e possibilitando a plena execução de tais soluções.

Capítulo 4 – Programas e Ações do IBGE para 2010 – Atendimento às Necessidades de Tecnologia de Informação e Comunicação

Da Presidência do IBGE

PR - Revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas

A Ação tem por finalidade propor a revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, criado pela Lei n.º 5.878/73, após consulta à sociedade por meio da promoção das Conferências Nacionais de Estatística - CONFEST e das Conferências Nacionais de Geociências - CONFEGE, a serem realizadas periodicamente.

Consiste na avaliação dos processos de produção e de utilização de dados e de informações sociais, econômicas e territoriais, em conjunto com os diversos segmentos da sociedade, buscando a criação de espaços com características diferenciadas segundo os vários interesses dos produtores e usuários, adequados à apresentação e discussão dos múltiplos aspectos da produção, análise e disseminação dessas informações.

Sua implementação contempla a elaboração do programa das Conferências Nacionais de Estatística - CONFEST e das Conferências Nacionais de Geociências - CONFEGE; acompanhamento da dinâmica de cada conferência com seus respectivos temas, de forma a reunir especialistas de instituições científicas, de pesquisa e das universidades, representantes de agências do governo, casas parlamentares, organizações não governamentais e sindicais, empresas e associações empresariais representativas de todos os setores relacionados à sua produção e utilização; divulgação dos resultados dos trabalhos apresentados nos Simpósios, Seminários e Mesas Redondas através de artigos impressos e disseminados entre os participantes e a sociedade em geral, por meio de produtos multimídia, como CD-Rom e Internet.

Da Diretoria Executiva (DE)

DE - Gestão e Administração do Programa

A Ação tem por finalidade constituir um centro de custos administrativos do programa, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

DE - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

A Ação tem por finalidade proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental e consiste na concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.

DE - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

A Ação tem por finalidade, prioritariamente, preservar a saúde dos servidores, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais de acordo com o artigo 2º do Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009 e consiste na realização de exames médicos periódicos dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme programação adotada pela administração pública federal.

DE - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

A Ação tem por finalidade oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10 de novembro de 1993 e consiste na concessão do benefício de

assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.

DE - Auxílio – Alimentação aos Servidores e Empregados

A Ação tem por finalidade conceder o auxílio-alimentação, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, ou através da aquisição de vale / ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

DE - Auxílio – Transporte aos Servidores e Empregados

A Ação tem por finalidade efetivar o pagamento de auxílio-transporte, em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

DE - Contribuição à Previdência Privada

A Ação tem por finalidade assegurar que as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União possam contribuir como patrocinadoras às entidades fechadas de previdência privada nos termos da Lei 8.020/90 e alterações e consiste no pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios), de acordo com o Decreto 606/92.

DE - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

A Ação tem por finalidade assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004.

Da Diretoria de Pesquisas (DPE)

DPE - Pesquisas Conjunturais

A Ação tem por finalidade produzir indicadores, em curto prazo, que permitam analisar o comportamento socioeconômico do País e consiste na realização de pesquisas mensais, trimestrais e semestrais, elaboradas com base em coleta de dados e/ou compilação de registros administrativos divulgadas em curto prazo.

Sua implementação contempla o planejamento das pesquisas, o treinamento de agentes de coleta em nível nacional, a coleta de informações, a supervisão de coleta, a crítica e apuração de dados, a divulgação de resultados e a elaboração de estudos com base nesses resultados, e seu produto é disseminado à sociedade por meio da disponibilização no portal do IBGE na Internet.

DPE - Pesquisas Estruturais da Área Econômica

A Ação tem por finalidade produzir, contínua e sistematicamente, um conjunto de resultados necessários à caracterização e ao conhecimento da situação estrutural econômica do País e consiste na realização de pesquisas anuais elaboradas com base em coleta de dados e/ou compilação de registros administrativos divulgados no médio prazo.

Sua implementação contempla a realização de pesquisas elaboradas com base em coleta de dados e/ou compilação de registros administrativos; concepção das pesquisas por equipes de técnicos-pesquisadores, e coleta de informações primárias por equipes de campo (distribuídas em todo o território nacional); trabalho das informações agregadas para divulgação (apuração, crítica e documentação). O produto da Ação, resultado divulgado, é disseminado à sociedade por meio de publicação impressa com

CD-ROM encartado e tabelas selecionadas e disponibilizadas no portal do IBGE na Internet

DPE - Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica

A Ação tem por finalidade produzir informações de natureza estatística, por meio de implementação de estudos, pesquisas e trabalhos voltados ao conhecimento da realidade estrutural sociodemográfica do País e consiste na realização de pesquisas anuais elaboradas com base em coleta de dados e/ou compilação de registros administrativos divulgados no médio prazo

Sua implementação contempla a concepção da pesquisa por equipes de técnicos-pesquisadores e coleta de suas informações primárias, por equipes de campo (distribuídas em todo o território nacional); trabalho das informações para divulgação (apuração, crítica e documentação). O produto da Ação, resultado divulgado, é disponibilizado à sociedade em publicação impressa com CD-ROM encartado e tabelas selecionadas disponibilizadas no portal do IBGE na Internet.

DPE - Implantação de Sistemas de Índice de Preços ao Produtor - IPP

A Ação tem por finalidade implantar um sistema de índices de preços ao produtor do setor privado e do próprio Sistema Estatístico Nacional, e consiste na investigação de preços de um conjunto básico de produtos industriais (IPP industrial) e agropecuários (IPP Agro) que, gradualmente, irá incorporar produtos de outros segmentos da economia brasileira.

Sua implementação contempla o levantamento do índice de preços de todos os setores da economia em visitas a cooperativas, sindicatos, indústrias e a outras associações que agregam informações sobre os produtos investigados e seus preços e que já fazem parte de um cadastro de informantes (painel amostral intencional) segundo perfil regional de produção e de comercialização de cada produto; a elaboração de questionário inicial, com perguntas pertinentes ao perfil regional da produção e da comercialização de cada produto; visitas às unidades selecionadas na amostra para a elaboração do questionário final do(s) responsável(eis) pela informação de preço e tipo de coleta a ser realizada; coleta mensal da informação. O início do cálculo do(s) índice(s) para o acompanhamento do desempenho ocorre após 1 ano; e divulgação das informações.

O sistema implantado, produto da Ação, irá possibilitar a mensuração da evolução dos preços ao produtor dos vários setores da economia nas vinte e sete unidades da federação.

DPE - Implantação do Novo Modelo Nacional de Índices de Preços ao Consumidor

A Ação tem por finalidade dar continuidade ao planejamento e implantação de um novo modelo para o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC a partir dos resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares mais recente e implementar aprimoramento da fórmula de cálculo e outros aspectos conceituais.

Consiste na mensuração da evolução dos preços ao consumidor das cestas de consumo das populações residentes em toda a área urbana brasileira; cálculo da inflação conforme as populações-objeto especificadas, tanto em nível nacional quanto para cada uma das vinte e sete unidades da federação.

Sua implementação contempla o planejamento e execução de atividades que incluem coleta de preços e formação de cadastros de produtos e informantes em todas as Unidades da Federação (inclusive nas onze áreas que já integram o SNIPC); a geração de estrutura de ponderação; a continuidade do levantamento-piloto - inicialmente em duas unidades federativas para ajuste do processo de implantação e, em seguida, gradativamente às demais áreas restantes; e a ampliação do sistema em produção mensal e continuidade à produção mensal dos índices.

- a) Mensuração nas Unidades da Federação do Mato Grosso do Sul e do Espírito Santo, com as duas áreas passando a integrar o SNIPC
(início: 2006 – término: 2009);
- b) Mensuração em mais uma Unidade da Federação a ser definida, com a realização de três subetapas: Pesquisa de Locais de Compra, Pesquisa de Especificação de Produtos e Serviços, e Pesquisa Mensal de Preços
(início: 2009 – término: 2011);
- c) Mensuração nas treze Unidades da Federação ainda não cobertos pelos SNIPC
(início: 2011 – término: 2013);
- d) Implantação do modelo nas dez Unidades da Federação onde índice é coletado atualmente no modelo antigo
(início: 2012 - término: 2014)

O novo modelo da série de índice de preços nacional e por unidade da federação será disseminado à sociedade por meio de publicação mensal impressa e disponibilizado no portal do IBGE na Internet.

DPE - Pesquisa de Orçamentos Familiares

A Ação tem por finalidade realizar a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) completa em 2008-2009 e simultaneamente desenvolver metodologia para a POF Simplificada, visando a validar um modelo para obtenção de avaliação contínua das condições de vida da população brasileira sob a ótica do consumo.

Consiste na realização da pesquisa por amostragem de domicílios urbanos e rurais situados em todo território nacional (POF 2008-2009), realização de teste-piloto da POF Simplificada, no último trimestre da POF completa, objetivando indicações do modelo de investigação contínua sobre consumo a ser implementado, bem como atender a harmonização de conceitos e processos de pesquisa definidos sob o âmbito do projeto de reformulação das pesquisas domiciliares por amostragem, o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares.

O término previsto para a etapa coleta de informações das pesquisas POF e POF Simplificada é o primeiro semestre de 2009. As etapas de crítica, imputação, análise e divulgação de resultados da POF 2008-2009, assim com a produção de relatórios e recomendações metodológicas a partir do teste da POF Simplificada, tem prazo de término previsto para até dezembro de 2010.

A POF 2008-2009 completa tem por produto a divulgação de aspectos metodológicos gerais e dos resultados da através de publicação com CDROM encartado, documentação e tabelas selecionadas disponibilizadas no portal do IBGE na Internet, a documentação e arquivo de microdados disponibilizados em CDROM e relatório analítico sobre o teste-piloto da POF Simplificada.

DPE - Implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD Contínua

A Ação tem por finalidade implantar uma pesquisa nacional contínua, por amostra de domicílios, para o acompanhamento de características da força de trabalho e outras características sociodemográficas da população brasileira, de forma a produzir informações relevantes para o acompanhamento das alterações de curto prazo no mercado de trabalho e, pelo menos uma vez ao ano, informações sobre a situação

socioeconômica da população. A PNAD Contínua, componente central do Sistema Integrado de Pesquisas domiciliares, é resultado da integração das Pesquisas Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Mensal de Emprego (PME) e fornecerá, trimestralmente, informações sobre mercado de trabalho e rendimentos para o Brasil, grandes regiões, unidades da federação, cobrindo as situações de domicílios urbana e rural para os três primeiros contextos geográficos listados. Ademais, serão produzidas informações relacionadas a características socioeconômicas da população, tanto sob a forma de temas fixos tais como, trabalho infantil, migração, fecundidade e escolaridade, quanto sob a forma de módulos variáveis, a exemplo de características da educação de jovens e adultos, tecnologia da informação e comunicação, detalhamentos sobre programas sociais, entre outros.

A implantação da PNAD Contínua é parte integrante de projeto mais amplo de reformulação das pesquisas domiciliares por amostragem, o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares que envolve o desenho de uma amostra mestra de setores censitários para realização de todas as pesquisas sob o novo sistema. Nesse contexto, é prevista a adoção de variadas tecnologias (computadores de mão – PDAs, coleta telefônica assistida por computador entre outras). As pesquisas componentes desse sistema vão compartilhar a mesma infra-estrutura amostral, um conjunto básico de variáveis e conceitos, compondo um mosaico de temas identificados para um retrato abrangente das condições de vida da população brasileira, da sua estrutura demográfica e do atendimento aos direitos humanos. Vão compor esse sistema, além da PNAD Contínua, o esquema de realização contínua de Pesquisas de Orçamentos Familiares, a Pesquisa de Economia Informal Urbana e outras pesquisas que venham a atender a temas específicos de maior complexidade como vitimização ou saúde, por exemplo. O esquema de POFs contínuas, da mesma forma que a PNAD Contínua, se constituirá em meio natural para condução de módulos para investigação de alguns temas, a exemplo de segurança alimentar, trabalho infantil, uso do tempo, entre outros. A implementação da PNAD Contínua se dará a partir de três etapas de trabalho em campo, crescentes em complexidade operacional. A primeira etapa se constituiu no teste de conteúdo e fluxo do questionário correspondente aos temas trabalho e rendimento, realizado em 2008. A segunda etapa prevê teste em cinco Unidades da Federação, com a duração de três meses, com vistas a teste mais abrangente de questionários, do ponto de vista temático, e a real percepção da operação de campo, uma vez que serão visitados todos os setores da amostra mestra. Nessa mesma etapa, em uma sexta Unidade da Federação a pesquisa permanecerá em campo por doze meses, em parte dos setores da amostra

mestra, a partir do quarto trimestre de 2009, com o objetivo de testar aspectos operacionais relacionadas ao caráter contínuo da pesquisa. A terceira e última etapa corresponderá à produção, por dois anos, da PNAD Contínua, simultânea à produção da PNAD e PME, para permitir avaliações sobre os resultados referentes às séries das pesquisas atuais e da nova. O projeto prevê planejamento das atividades, treinamentos da rede de coleta, coleta de dados, apuração e crítica dos dados e divulgação de relatórios metodológicos e resultados.

DPE - Implantação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias

A Ação tem por finalidade implantar um sistema de pesquisas para o levantamento contínuo de informações da atividade agropecuária, com vistas a criação de uma infraestrutura estatística indispensável à ampliação do escopo e melhoria da qualidade das estatísticas sobre o setor agropecuário brasileiro.

Consiste na estruturação do Cadastro de Produtores e Estabelecimentos Agropecuários e revisão do conteúdo (quesitos e variáveis) e do cadastro das pesquisas atuais, com base nas informações do Censo Agropecuário 2006, bem como implantação de dois tipos interdependentes de pesquisa básica por amostra de estabelecimentos agropecuários.

Sua implantação contempla consultas externas; constituição e cadastro; levantamento de fontes cadastrais de terceiros; realização de acordos e convênios; estabelecimento de rotinas de compatibilização e checagem por Entrevista Telefônica Assistida por Computador (CATI) e presencial (CAPI); pré-testes e pesquisas piloto; treinamentos de equipes para as diversas modalidades de coleta; estudos e validações, com usuários externos e internos, e planejamento das alterações de conteúdo nas revisões das pesquisas agropecuárias atuais, com vistas à produção de um conjunto de informações da atividade agropecuária.

DPE - Estudo da Modalidade de Censo Demográfico Contínuo

A Ação tem por finalidade estudar a viabilidade de implantação de nova metodologia para o levantamento dos Censos Demográficos, e consiste no estudo da viabilidade de implantação de uma metodologia baseada em pesquisa contínua ao longo da década, com a aplicação de amostragem rotativa de áreas e acumulação de informações, substituindo, total ou parcialmente, a operação convencional do Censo, concentrada num único ano.

Sua implementação contempla visitas técnicas, organização de seminários de conteúdo metodológicos e reunião com usuários, e a realização do estudo – produto da Ação contem a avaliação das experiências internacionais e das possibilidades e requisitos para desenvolvimento do projeto no país.

DPE - Pesquisa de Economia Informal Urbana - ECINF

Esta Ação, embora ainda não tenha sido validada no elenco do PPA2010 do IBGE, encontra-se no aguardo de alocação de recursos orçamentários por meio de créditos especiais.

A Ação tem por finalidade realizar a Pesquisa de Economia Informal Urbana - ECINF objetivando (1)identificar as atividades econômicas desenvolvidas em unidades produtivas que deixam de ser captadas ou o são apenas parcialmente pelas pesquisas econômicas junto a estabelecimentos ou pesquisas domiciliares abrangentes sobre mercado de trabalho e rendimento; (2)dimensionar o peso real dessas atividades em termos da geração de oportunidades de trabalho e rendimento; (3)subsidiar os estudos sobre condições de trabalho e remuneração, em particular, aqueles relacionados às situações de pobreza urbana do país, propiciando, portanto, informações para o estudo e planejamento do desenvolvimento socioeconômico do país e contribuindo, também, para o aprimoramento do cálculo das Contas Nacionais no que se refere ao setor informal da economia.

Consiste em uma pesquisa por amostragem de domicílios situados em áreas urbanas das vinte e sete Unidades da Federação, onde se busca identificar os trabalhadores por conta própria e empregadores com até cinco empregados em pelo menos uma situação de trabalho, em atividades não-agrícolas. A amostra pesquisada será desenhada como parte da amostra mestra de setores censitários, estabelecida para o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares em construção, no IBGE. A ECINF também atenderá à harmonização de conceitos e processos de pesquisa definidos sob o âmbito do referido Sistema.

Sua implementação contempla as etapas de planejamento, estudo, revisão metodológica e discussões com os usuários das informações. A amostra da pesquisa será selecionada da amostra mestra de setores censitários usada para a realização de todas as pesquisas domiciliares do IBGE. Outra importante etapa se constituirá no desenvolvimento do sistema informatizado de coleta, que incluirá a realização de testes de conteúdo e fluxo do questionário no novo equipamento eletrônico portátil de coleta, uma vez que a

pesquisa anterior foi realizada em formulário impresso. O projeto prevê ainda o treinamentos da rede de coleta para as operações de listagem e entrevista, a coleta de dados nas áreas urbanas de todas as Unidades da Federação do país, a apuração e crítica dos dados e divulgação de relatórios metodológicos e resultados.

A ECINF tem por produto a divulgação de aspectos metodológicos gerais e dos resultados através de uma Publicação com CDROM encartado, documentação e tabelas selecionadas disponibilizadas no portal do IBGE, documentação e arquivo de microdados disponibilizadas em CDROM.

DPE - Pesquisas de Orçamentos Familiares Contínuas

Esta Ação, embora ainda não tenha sido validada no elenco do PPA2010 do IBGE, encontra-se no aguardo de alocação de recursos orçamentários por meio de créditos especiais.

A Ação tem por finalidade avaliar, de forma contínua, as condições de vida da população brasileira sob a ótica do consumo a partir das pesquisas de orçamentos familiares, alternando pesquisa completa, sob o ponto de vista temático, e pesquisas simplificadas anuais, em publicação contendo o modelo metodológico do sistema de informações contínuas sobre consumo e resultado da POF Simplificada 2011.

As Pesquisas de Orçamentos Familiares são levantamentos por amostragem, com realização em todo o território nacional. A pesquisa de 2012-2013 investigará gastos domiciliares e rendimentos; antropometria; consumo alimentar dentro e fora do domicílio adquirido e efetivo; condições de vida sob a avaliação do informante. Os gastos são os de consumo e outros correntes, tais como impostos, e os rendimentos cobrem diversas fontes, incluindo rendimentos do trabalho, de aplicações, heranças e transferências governamentais.

As pesquisas simplificadas vão investigar os temas centrais da construção dos orçamentos: gastos e rendimentos, podendo ser um veículo para investigações de temas suplementares. A amostra pesquisada será desenhada como parte da amostra mestra de setores censitários estabelecida para o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares em construção no IBGE. As POFs também atenderão a harmonização de conceitos e processos de pesquisa definidos sob o âmbito do referido Sistema.

Esse sistema de alternância vai possibilitar (1) informações para o estudo e planejamento do desenvolvimento sócio-econômico do país; (2) atualização de estimativas referentes a condições de vida e pobreza; (3) cálculo atualizado das medidas de inflação em nível

nacional e local; (4) construção das contas nacionais e regionais; (5) acompanhamento das condições de segurança alimentar e saúde da população.

Da Diretoria de Geociências (DGC)

DGC - Mapeamento Terrestre de Referência

A Ação tem por finalidade gerar bases de referência terrestre, nas diversas escalas do Sistema Cartográfico Nacional (SCN), que viabilizam a representação de temas que têm o território como foco, sendo um insumo para estudos geográficos, planejamento territorial em escalas médias e pequenas, desenvolvimento de Bases Territoriais para pesquisas estatísticas, Mapeamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais; de Unidades de Conservação, de Terras Indígenas, de Divisões Político Administrativas e naturais, tais como: Bacias Hidrográficas, Biomas, áreas de riscos, etc.

Consiste na construção de folhas topográficas, a partir de aerolevanteamento e ou insumos de Sensoriamento Remoto; construção de folhas topográficas e mapas compilados; conversão de cartas e mapas para o meio digital; construção e manutenção de bases contínuas a partir da conversão para ambiente digital das folhas de carta topográfica nas escalas: 1:1000.000, 1:250.000 e 1:100.000, compilação e generalização, atualização e integração das mesmas em uma única base vetorial contínua, tendo seus elementos associados à banco de dados seguindo a tendência mundial nos procedimentos de armazenamento e disseminação de dados geográficos. Para a geração e manutenção dessas bases serão geradas bases a partir de insumos de sensoriamento remoto, bem como integração/atualização das bases SIVAM escala 1:250.000.

Sua implementação contempla o levantamento de informações em campo e gabinete a partir de insumos de aerolevanteamento, sensoriamento remoto e outros documentos cartográficos; a produção e pesquisa em sensoramento remoto; a conversão de originais cartográficos segundo especificações técnicas adequadas às normas do SCN, estruturas/modelo de dados da Mapoteca Nacional Digital–MND; a compilação e generalização de bases cartográficas, editoração cartográfica, organização e carga dos metadados geográficos; e a geração de mapas derivados; a elaboração de bases contínuas por meio da conversão das folhas em ambiente analógico para ambiente digital, conforme as especificações do IBGE e na estrutura da MND; a validação geométrica e topológica para garantir os requisitos necessários às análises espaciais de redes e mapeamentos; a elaboração e/ou compilação de folhas em escalas maiores nas

áreas sem mapeamento ou nas identificadas como não compatíveis com as novas tecnologias em uso; a utilização de insumos de sensoriamento remoto e levantamento por equipamentos receptores GPS e reambulação (identificação e classificação de nomes geográficos no processo de atualização das áreas abrangidas pelas bases contínuas; a integração com a implementação da continuidade dos elementos mapeados para compor os blocos da base contínua e a integração dos blocos; a contratação de serviço, cabendo ao IBGE as etapas de planejamento, especificação e normas técnicas, supervisão, controle de qualidade e editoração das folhas de carta para impressão.

DGC - Sistema Geodésico Brasileiro

A Ação tem por finalidade garantir a atualidade do referencial geodésico nacional e global, base para obras importantes de infra-estrutura, apoio ao mapeamento, posicionamento de plataformas de petróleo, delimitação de pesquisas de geofísica e subsídio aos trabalhos de regularização fundiária e consiste na disponibilização de coordenadas (latitude, longitude e altitude) e de valores da aceleração da gravidade de estação geodésica, na elaboração de normas e padrões geodésicos e na ampliação das redes Brasileira de Monitoramento Contínuo do Sistema GPS (*Global Positioning System*) - RBMC e Rede Maregráfica Permanente para Geodésia - RMPG.

Sua implementação contempla o estabelecimento das estações geodésicas com as seguintes etapas: reconhecimento do local; construção dos marcos de concreto, medições, processamento das informações coletadas, e carga no Banco de Dados Geodésicos para disponibilização aos usuários; o monitoramento do nível do mar ao longo da costa brasileira, por meio da instalação de marégrafos (digital e analógico) e sensores meteorológicos em portos nas estações maregráficas cujas informações coletadas por estes sensores são transferidas diariamente para sede no Rio de Janeiro, onde são tratados e formatados para disponibilização diária no portal do IBGE na Internet; o rastreamento contínuo de sinais dos satélites do Sistema de Posicionamento Global–GPS e do Sistema Global de Navegação por Satélite – GLONASS, que vem a ser a construção de um marco geodésico e instalação de um receptor GNSS o qual coleta continuamente as informações do rastreamento que são transferidas diariamente para a sede no Rio de Janeiro onde são tratados e formatados para disponibilização diária no portal do IBGE na Internet; o cálculo periódico do Modelo de Ondulação Geoidal Brasileiro à medida que os dados utilizados na sua determinação são atualizados, visitas periódicas a estações geodésicas para avaliação do estado de conservação, manutenção e

atualização dos seus descritivos de localização e acesso; o gerenciamento das informações coletadas; e a disponibilização para a comunidade usuária dos seus resultados em meio digital (via Internet) ou não.

As informações geodésicas disponibilizadas - produto da Ação se refere a um Banco de Dados Geodésicos contendo coordenadas plani-altimétricas; valores da aceleração da gravidade e descritivo de localização e acesso; - arquivos diários de observações da variação do nível do mar e de observações de sinais dos satélites do GPS e do GLONASS; Modelo de Ondulação Geoidal. - normas e padrões geodésicos visando à uniformização dos levantamentos geodésicos no país; e relatórios técnicos.

DGC - Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais

A Ação tem por finalidade realizar análises espaciais compreendendo áreas urbanas e rurais, elaborando divisões regionais, definindo quadros de referência da organização social e econômica do País, e sistematizar dados e informações referentes aos recursos naturais e ao meio ambiente e sua dinâmica e consiste no planejamento e execução de pesquisas e análises sobre a distribuição espacial de aspectos ambientais e socioeconômicos do território brasileiro, e sobre o potencial, a estrutura e a utilização dos recursos naturais e do meio ambiente.

Sua implementação contempla a identificação de Aglomerações urbanas (metropolitanas, não metropolitanas e Áreas de Concentração de População); a elaboração do quadro de referência de Regiões de influências de cidades; a conceituação e delimitação de Elaboração de Tipologia dos setores censitários, com base no Censo 2000; identificação de Meso e microrregiões geográficas num contexto de regionalizações alternativas; a elaboração de Atlas das Representações Literárias; Zoneamentos Ecológico-Econômicos; acompanhamento dos agrupamentos do PPA, Mapas Murais da Amazônia Legal e Mapeamento dos Fluxos de deslocamento para trabalho e estudo com base no Censo 2000; todas as análises serão efetivadas em ambiente de Sistema de Informações Geográficas – SIG. Quanto aos estudos sobre a qualidade do meio ambiente, a implementação contempla a elaboração de indicadores e estatísticas ambientais, e mapeamento sistemático do uso da terra; a atualização sistemática em ambiente de geoprocessamento dos recursos naturais do País como fauna e flora, geologia, geomorfologia, solos, vegetação, recursos hídricos e clima, dentre outros; a modernização dos procedimentos das áreas de produção cartográfica e das áreas temáticas, com a instalação da infra-estrutura necessária (equipamentos e sistemas

computacionais específicos, rede de comunicação de dados, rede elétrica) à produção de informações territoriais, em formato digital, estruturadas para ambiente de sistema de informações geográficas (SIG), com construção e manutenção de bancos de dados geográficos, de recursos naturais e meio ambiente do País; a capacitação dos quadros técnicos que atuam nessa Ação, em âmbito nacional; A aquisição de viaturas, equipamentos e aplicativos voltados à realização dos trabalhos de campo que suportem o desenvolvimento dos projetos acima descritos em gabinete.

O resultado divulgado, produto da Ação, se refere a Atlas, Relatórios, Mapas Murais nas escalas de 1:5.000.000, 1:3.000.000, 1:2.500.000 e 1:1.000.000; Folhas temáticas na escala de 1:250.000; Cartogramas nas escalas 1:15.000.000 e 1:2.500.000; Manuais e Normas Técnicas; Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, dentre outros.

DGC - Atualização Contínua da Base Territorial

A Ação tem por finalidade atualizar mapas e cadastros que compõem a Base Territorial, que dá suporte ao planejamento, à coleta de dados e à divulgação de resultados de pesquisas e estudos realizados pelo IBGE e consiste em uma atividade contínua de atualização de Base Territorial, indicando as condições necessárias e os processos de trabalho a serem estruturados a fim de permitir a incorporação aos mapas e cadastros das constantes modificações ocorridas na ocupação do território, sejam elas originárias de alterações no espaço físico ou na divisão político-administrativa inter ou intra-municipal.

Sua implementação contempla a atualização da base tecnológica por meio do desenvolvimento e implantação de infra-estrutura de hardware, software, comunicação (rede computacional) e instrumental técnico; da capacitação de pessoal de nível superior e médio; e de imagens de satélite, fotografias aéreas, mapeamento e levantamento de campo.

Os componentes da Base atualizados – produto da Ação se referem às seguintes especificações:

- ✓ Mapeamento Municipal –mapas municipais onde estão representados os elementos físicos naturais e artificiais do município, tais como rios, estradas, localidades, limites municipais, que estão associados a cadastros de topônimos, de localidades, de propriedades rurais, de áreas especiais, e outros;

-
- ✓ Mapeamento Municipal Estatístico – mapas municipais aos quais são adicionados a malha de setores censitária;
 - ✓ Mapa de Localidade – contém as feições urbanas básicas, vias (arruamentos), hidrografia, edificações e divisões intra-urbanas, tais como: sub-distritos, bairros, aglomerados subnormais, e etc;
 - ✓ Mapa de Localidade Estatístico – mapas de localidades sobre os quais são representados os setores censitários;
 - ✓ Mapa de Setor Censitário (Urbano e Rural) – unidade de controle cadastral formada por área contínua, dimensionada segundo o número de domicílios, ou de estabelecimentos, que permita o levantamento das informações por uma única pessoa, segundo o cronograma da coleta, de modo a garantir o perfeito reconhecimento da área de trabalho pelo recenseador;
 - ✓ Cadastro de Divisão Político-Administrativo – banco de dados que incorpora as informações de referencia geográfica sobre a divisão político-administrativa do País; e
 - ✓ Cadastro de Setores – banco de dados que contém informações referenciais e descritivas sobre os setores que compõem a malha do mapeamento urbano e rural.

DGC - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE

Esta Ação, embora ainda não tenha sido validada no elenco do PPA2010 do IBGE, encontra-se no aguardo de alocação de recursos orçamentários por meio de negociações com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A Ação tem por finalidade, atendendo ao disposto no Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008, implantar e manter a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais com vistas a facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal.

Consiste no estabelecimento de padrões e acordos, e contempla o uso de tecnologias, a articulação de políticas de informações e a consolidação de procedimentos de coordenação e monitoramento da produção de dados e informações geoespaciais voltados à construção de uma rede pública de dados e metadados geoespaciais e serviços relacionados, veiculáveis via *web*, com instrumentos de armazenamento, busca, visualização e obtenção de informações sobre o território brasileiro. O Diretório Brasileiro

de Dados Geoespaciais - DBDG, fisicamente, trata-se de um sistema de servidores de dados, distribuídos na rede mundial de computadores, capaz de reunir eletronicamente produtores, gestores e usuários de dados geoespaciais, com vistas ao armazenamento, compartilhamento e acesso a esses dados e aos serviços relacionados.

A implementação da Ação, com base no plano de implantação da INDE, elaborado pela Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR) contempla a definição das necessidades do Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG) e o desenvolvimento de normas e padrões, de capacitação de recursos humanos e promoção de parcerias com entidades e órgãos públicos federais, estaduais, distritais e municipais, priorizando a implantação das estruturas física e virtual do DBDG; a homologação das normas para os padrões dos metadados dos dados geoespaciais; o armazenamento no servidor do sistema de responsabilidade das entidades Federais os metadados e os dados geoespaciais de seu acervo; a divulgação dos metadados dos dados geoespaciais e os serviços relacionados pelo geoportal da INDE; e as definições das regras para disponibilização na INDE dos metadados de novos projetos ou aquisições de dados geoespaciais.

Dessa forma, os órgãos e entidades do Poder Executivo federal deverão obedecer aos padrões estabelecidos para a INDE e às normas relativas à Cartografia Nacional na produção, direta ou indireta, ou na aquisição dos dados geoespaciais; assim como consultar a CONCAR antes de iniciar a execução de novos projetos para a produção de dados geoespaciais, visando a eliminar a duplicidade de esforços e recursos. Ao IBGE, como entidade responsável pelo apoio técnico e administrativo à CONCAR, compete (1) construir, disponibilizar e operar o SIG Brasil; (2) exercer a função de gestor do DBDG, por meio do gerenciamento e manutenção do SIG Brasil, buscando incorporar-lhe novas funcionalidades; (3) divulgar os procedimentos para acesso eletrônico aos repositórios de dados e seus metadados distribuídos e para utilização dos serviços correspondentes em cumprimento às diretrizes definidas pela CONCAR para o DBDG; (4) observar eventuais restrições impostas à publicação e acesso aos dados geoespaciais definidas pelos órgãos produtores; (5) preservar, conforme estabelecido na Lei no 5.534, de 14 novembro de 1968, o sigilo dos dados estatísticos considerados dados geoespaciais de acordo com o § 1º do art. 2º; e (6) enviar à CONCAR, anualmente, relatório das atividades realizadas.

A CONCAR irá (1) estabelecer os procedimentos para a avaliação dos novos projetos; (2) homologar os padrões para a INDE e as normas para a Cartografia Nacional, nos termos do Decreto-Lei no 243, de 28 de fevereiro de 1967, e do Decreto no 89.817, de 20 de junho de 1984; (3) definir as diretrizes para o DBDG, com o objetivo de subsidiar a

ação do IBGE; (4) garantir que o DBDG seja implantado e mantido em conformidade com os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico, mantidos pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e (5) promover o desenvolvimento de soluções em código aberto e de livre distribuição para atender às demandas do ambiente de servidores distribuídos em rede, utilizando o conhecimento existente em segmentos especializados da sociedade, como universidades, centros de pesquisas do País, empresas estatais ou privadas e organizações profissionais, enquanto que à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, caberá promover, junto aos órgãos das administrações federal, distrital, estaduais e municipais, por intermédio da CONCAR, as ações voltadas à celebração de acordos e cooperações, visando ao compartilhamento dos seus acervos de dados geoespaciais.

DGC -Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia

A Ação tem por finalidade implantar, em larga escala, a geotecnologia aplicada à coleta, ao tratamento e à disponibilização de dados territoriais (geodésicos, geográficos, cartográficos, de recursos naturais e meio ambiente), modernizando os procedimentos de produção cartográfica, consolidando o sistema de produção cartográfica digital e reduzindo os custos e os prazos de produção, em atendimento à demanda da sociedade por informações sobre o território nacional que contemple dados atualizados e georreferenciados, privilegiando a disponibilidade em ambiente *web* e consiste na substituição dos processos e das metodologias de produção de informações territoriais, com a modernização das áreas de produção cartográfica e das áreas temáticas.

O Sistema, produto da Ação, se refere às metodologias afetas às áreas das geociências, capacitação de recursos humanos, aplicativos (softwares) de geoprocessamento, equipamentos (*hardware*).

Sua implementação contempla a instalação da infra-estrutura necessária (equipamentos e sistemas computacionais específicos, rede de comunicação de dados, rede elétrica) à produção de informações territoriais, em formato digital, estruturadas para ambiente de informações geográficas (SIG), com construção e manutenção de bancos de dados geodésicos, cartográficos e geográficos, de recursos naturais e meio ambiente do País, bem como capacitação dos quadros técnicos que atuam nessa ação, em âmbito nacional. Aquisição de viaturas, equipamentos e aplicativos voltados à realização dos trabalhos de campo que suportem o desenvolvimento dos projetos acima descritos em gabinete.

DGC - Mudança do Referencial Geodésico

A Ação tem por finalidade promover a adoção no país de um novo sistema de referência geodésico, mais moderno e de concepção geocêntrica, de modo a compatibilizá-lo às mais modernas tecnologias de posicionamento e consiste em estudos, pesquisas, levantamentos de campo e modernização da estrutura geodésica ativa, objetivando a definição de um novo referencial geodésico que servirá de base para todo tipo de posicionamento que envolva coordenadas geodésicas.

O Sistema, produto da Ação, se refere a coordenadas Geodésicas; parâmetros de transformação entre sistemas geodésicos; normas técnicas; metodologias de aplicação e procedimentos; capacitação técnica de recursos humanos; aplicativos (*softwares*) de transformação entre diferentes sistemas geodésicos.

Sua implementação contempla a definição do sistema de referência geodésico que melhor se adeque às aplicações no Brasil. Realização de testes e estudos sobre os diferentes sistemas existentes visando à conversão desses para o novo sistema. Reajustamento da Rede Planimétrica Brasileira no novo sistema em sua totalidade. Definição de parâmetros de transformação entre os sistemas, de forma a permitir homogeneização do Sistema Geodésico Brasileiro e do Sistema Cartográfico Nacional. Realização de testes de campo, de modo a viabilizar a análise técnica dos produtos cartográficos gerados e dos já existentes buscando, assim, uma compatibilização com o acervo cartográfico existente no país. Considerando que o novo sistema será baseado nas modernas técnicas de posicionamento, será necessário disponibilizar uma estrutura básica compatível, através da atualização da estrutura já existente RBMC - para que possa ser utilizada de forma direta pela comunidade. Elaboração de normas e especificações técnicas, desenvolvimento de programas de capacitação técnica e disseminação das informações. Desenvolvimento de aplicativos que permitam a conversão direta entre os antigos sistemas existentes e o novo, de modo a homogeneizar o uso dos parâmetros por toda a sociedade, coibindo o aparecimento de programas não oficiais que utilizam parâmetros diferentes.

Do Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI)

CDDI - Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas

A Ação tem por finalidade documentar e disseminar as informações estatísticas e geocientíficas produzidas pelo IBGE e consiste no planejamento, coordenação e execução das atividades de produção editorial e gráfica, documentação, disseminação, divulgação e comercialização das informações produzidas pelo Instituto, bem como produção de todos os instrumentos utilizados na realização do trabalho de coleta, tais como manuais e questionários.

Sua implementação contempla a edição, a disseminação e a comercialização, em várias mídias (papel, disquete, CDRom, vídeo, *web* e outros), os estudos e as pesquisas do IBGE conforme o calendário de conhecimento público permitindo, dessa forma, o uso das informações estatísticas e geográficas pelos vários usuários do IBGE.

CDDI - Publicidade de Utilidade Pública

A Ação tem por finalidade propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.

Consiste na divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

CDDI - Desenvolvimento do Sistema de Informações Geográficas do Brasil SIG Brasil

A Ação tem por finalidade desenvolver um sistema de informações geográficas sobre o Brasil, em tecnologia *web* integrando dados espaciais a dados não espaciais (estatísticos, ambientais, etc.).

Consiste na criação do Sistema de Informações Geográficas sobre o Brasil - (SIG Brasil), como instrumento próprio ao diagnóstico do território, permitindo a espacialização de informações em múltiplas escalas, e o conhecimento da realidade nacional, em um único

local, de informações georeferenciadas produzidas nas mais diversas agências governamentais.

O produto da Ação é um sistema de informações georeferenciadas da realidade nacional, produzidas nas mais diversas agências governamentais e reunidas em um único local, em ferramentas informatizadas para subsidiar o planejamento e avaliação de políticas públicas contendo um acervo de bases cartográficas e imagens de satélite voltado à utilização por sistemas de informações dos mais diversos órgãos do Governo.

Sua implementação contempla o estabelecimento de uma rede de parcerias com instituições governamentais, produtoras e usuárias dos dados, e a disponibilização, ao cidadão, por meio da Internet, de informações sobre o desempenho das atividades do Governo Federal.

Da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE)

ENCE - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

A Ação tem por finalidade promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional, e consiste em treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Da Coordenação Operacional do Censo (COC)

COC - Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos

Esta Ação, embora ainda não tenha sido validada no elenco do PPA2010 do IBGE, encontra-se no aguardo de alocação de recursos orçamentários por meio de créditos especiais.

A Ação tem por finalidade manter e atualizar o Cadastro de Endereços para Fins Estatísticos, instrumento de abrangência nacional para a racionalização e o controle dos

trabalhos de operações censitárias e, fonte para seleção de amostras de pesquisas domiciliares.

Consiste na construção de um banco de dados com identificação de todos os domicílios do país, gerado a partir das informações coletadas no Censo Demográfico 2000, Contagem da População 2006 e, associado a um sistema de atualização contínua, incorporando informações das pesquisas do IBGE, bem como de informações de fontes externas (prefeituras, concessionárias de serviços etc)

Sua implementação contempla o tratamento das informações das Folhas de Coleta do Censo 2000 e Contagem da População 2006, cruzamento de outros cadastros, verificações em campo e outros procedimentos com vistas a gerar e manter, na medida do possível, para os trabalhos do IBGE, um cadastro de endereços.

COC - Censo Demográfico 2010

A Ação tem por finalidade propiciar o conhecimento da realidade demográfica e social do país, por meio do levantamento de seus dados censitários, divulgados ao governo e a toda a sociedade, em tabulações das variáveis investigadas em nível nacional.

Sua implementação contempla, para o planejamento e preparação do Censo Demográfico 2010, a realização de consultas às comunidades de especialistas e outros usuários de informações estatísticas censitárias e a órgãos governamentais, com vistas à definição do conteúdo do questionário. As consultas acontecem por variados meios de comunicação com o público-alvo, inclusive por meio de reuniões gerais ou temáticas, pela constituição de comissões consultivas (Comissões Censitárias Estaduais - CCE's e das Comissões Municipais de Geografia e Estatística - CMGE's, com objetivo de acompanhar e auxiliar os trabalhos do Censo Demográfico 2010) e grupos de discussão com especialistas temáticos. A implementação também prevê a definição de metodologias e aspectos técnicos e operacionais; testes de campo e realização de provas-piloto, em especial a execução do censo experimental, em municípios definidos para tal, com vistas a testar procedimentos técnicos, operacionais e gerenciais a serem aplicados na operação de fato.

Durante todo o período de planejamento e preparo da operação, é mantido o intercâmbio com órgãos internacionais e oficinas de estatística, inclusive visando ao preparo do Censo Comum dos países do MERCOSUL.

É elaborado um extenso programa de capacitação das equipes interna e do pessoal temporário a ser contratado para a etapa de coleta de dados; são montados postos de coleta em todos os municípios com vistas a reforçar a estrutura de suas Unidades Estaduais, oferecendo o suporte necessário à operação de campo; e são desenvolvidos sistemas informatizados no sentido de prover o apoio necessário às atividades de processamento das informações coletadas.

Do Programa Brasil Universitário

ENCE - Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências

A Ação tem por finalidade formar, profissionais nas áreas de Estatística e de Geociências, com base em um sólido conteúdo nos seguintes assuntos: matemática, probabilidade e estatística, demografia, economia e conhecimento das bases de dados do IBGE, por meio de cursos de graduação e cursos de especialização e extensão, bem como realizar estudos, pesquisas e desenvolver tecnologias com vistas a contribuir para o enfrentamento dos problemas brasileiros, e o aperfeiçoamento técnico científico e cultural do país.

Consiste na elaboração do planejamento didático-pedagógico e curricular; o processo seletivo; o ministério de disciplinas curriculares cobrindo todo o conteúdo programático; a avaliação de desempenho dos alunos; o desenvolvimento de monografias; e o processo de titulação. O suporte às atividades de ensino é garantido pelo desempenho de atividades de pesquisa e investigação dos membros do corpo docente, e pela oferta de oportunidades de participação discente (monitorias) como aprendizes das atividades de docência e pesquisa.

Do Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

ENCE - Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências

A Ação tem por finalidade formar, aperfeiçoar e especializar profissionais das áreas de Estatística e de Geociências, capacitando-os a desempenhar atividades de Pesquisador em estudos populacionais e pesquisas sociais, com conhecimento das questões sociais contemporâneas, dos métodos de obtenção, tratamento, análise e interpretação de

dados quantitativos sobre as questões sociais relevantes, bem como as atividades de especialista em métodos para análise ambiental e gestão territorial, e consiste na realização de curso de pós-graduação *stricto sensu* (Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) e *lato sensu* (Curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território).

Sua implementação contempla a elaboração do planejamento didático-pedagógico e curricular; o processo seletivo; o ministério de disciplinas curriculares cobrindo todo o conteúdo programático; a avaliação de desempenho dos alunos; o desenvolvimento de monografias (especialização) e de dissertação (mestrado); e o processo de titulação. O suporte às atividades de ensino é garantido pelo desempenho de atividades de pesquisa e investigação dos membros do corpo docente, e pela oferta de oportunidades de participação discente (monitorias) como aprendizes das atividades de docência e pesquisa.

Do Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União

DE - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

A Ação tem por finalidade garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos da União ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio e consiste no pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.

Sua implementação contempla o pagamento, via sistemas informatizados, dos proventos/pensões aos inativos e pensionistas.

Das Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

DE - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas

A Ação tem por finalidade cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas e consiste no pagamento de precatórios.

DE - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor

A Ação tem por finalidade efetuar o pagamento da contribuição do IBGE ao custeio do regime da previdência, nos termos da Lei 10.887, de 18.06.2004.

Das Operações Especiais: Serviços da Dívida Externa (Juros e Amortizações)

DE - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa

A Ação tem por finalidade efetuar o pagamento de dívidas, por recebimento de créditos externos, mediante contrato e consiste no pagamento, na forma de transferências, de amortização e encargos provenientes da contratação de dívida externa para o qual é feito o fechamento do câmbio, convertendo a moeda corrente vigente no Brasil na moeda estabelecida em contrato.

Da Diretoria de Informática (DI)

DI - Sistema Informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos

A Ação tem por finalidade garantir a informatização dos processos de trabalho e fomentar a utilização da tecnologia de informação em nível nacional, administrando seus recursos de processamento, sua rede e acervo institucional de dados provendo, dessa forma, suporte à utilização desses recursos e ao desenvolvimento de sistemas estatísticos e geocientíficos.

Consiste na coordenação das atividades e despesas relacionadas aos recursos de informática, incluindo prospecções tecnológicas, manutenções e implantações em apoio à informatização de processos e à realização das pesquisas e serviços da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, tanto técnicos quanto administrativos: serviços de atendimento e manutenção na área de informática, contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infraestrutura, terceirização de serviços); aquisição e locação de equipamentos de

informática e sistemas de software; administração física dos recursos de informática; administração do acervo institucional, de sua segurança de acesso, de sua integridade e das facilidades de acesso aos seus dados e metadados; estudo de viabilidade e aplicabilidade de novas tecnologias aos serviços do IBGE; especificação de novos recursos a serem contratados; estabelecimento de padrões para a eficiente utilização e intercomunicação entre sistemas e equipamentos; suporte à utilização de recursos de hardware e software; suporte e desenvolvimento de aplicações em apoio aos sistemas estatísticos e geográficos; especificação e suporte à aquisição de materiais de consumo na área de informática.

Sua implementação contempla a prestação de serviços de atendimento e manutenção, de administração dos recursos e do acervo de dados; de estabelecimento de padrões e de suporte à sua utilização; de desenvolvimento de aplicações, de contratação de serviços de informática, de aquisição e manutenção de equipamentos e *softwares* básicos, de planejamento e especificação de novos recursos, e de materiais de consumo de informática no IBGE.

PREVISÃO DE GASTOS DE CUSTEIO EM TI PARA 2010

PREVISÃO DE GASTOS DE CUSTEIO	INFO.2010	ESTIMATIVA TI CENSO.2010
Despesas de Teleprocessamento	7.353.156,16	42.529.417,95
Locação de Máq. e Equipamentos	575.929,74	-
Manut. e Conserv. de Equipamentos	365.007,36	855.600,00
Locação de Software	2.485.567,32	11.389.328,87
Manutenção de Software	1.202.423,96	411.604,10
Serviços Técnicos	8.522.943,46	1.700.000,00
Consumo	24.000,00	10.395.327,90
Outros	311.712,00	353.509,15
TOTAL	20.840.740,00	67.634.787,97

Discriminação detalhada da previsão de gastos em TI para Atendimentos aos Programas e Ações do IBGE em 2010

	Aplicação	Custo Operacional por ano	Número de Usuários	Camada de Aplicação		Camada de Banco de Dados	
				Sistema Operacional	Linguagens	Sistema Operacional	Banco
S	Afastamento do País	R\$ 153.195,59	40	Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
S	Afastamento Pós Graduação	R\$ 102.463,79		Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
	Aglomerados Subnormais – Análise dos Dados Vertente Geoespacial	R\$ 0,00		Windows	QuantumGis/Map Objects/Java/Visual Studio	Windows	PostgreSql/Postgis
S	AMS – Assistência Médico Sanitária	R\$ 546.013,32		Windows	Microsoft/ActiveSync/C#/Visual Studio	Windows	Oracle
N	APU – Adm. Pública Mensal e Anual	R\$ 546.013,32	108	Windows	VB/Cristal	Windows	Oracle
N	Banco de Estruturas Territoriais - BET – Reformulação	R\$ 546.013,32	120	Windows	PHP/ .Net	Windows	Oracle
S	Banco de Fotos	R\$ 240.011,08	50	Windows	.Net/ASP/C#	Windows	Oracle
	Banco de Informações - COAGRO	R\$ 0,00		Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
	Banco de Informações – CRM	R\$ 0,00		Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
N	Banco de Nomes Geográficos do Brasil - BNGB	R\$ 221.425,36		Windows	Delphi/PHP	Windows	PostgreSql/Postgis
	Banco de Referências Bibliográficas - Reformulação	R\$ 0,00		Windows	PHP	Windows	Oracle
S	BDA – Agenda de Saúde	R\$ 240.011,08		Windows	PHP	Windows	Oracle
S	BDA – Almoarifado	R\$ 240.011,08	114	Windows	PHP	Windows	Oracle
S	BDA – Aquisições (compras)	R\$ 240.011,08	83	Windows	Forms/Report	Windows	Oracle
S	BDA – Autorização IRPF	R\$ 240.011,08		Windows	Forms/Report	Windows	Oracle
S	BDA – Avaliação de Desempenho	R\$ 240.011,08	7303	Windows	Forms/Report	Windows	Oracle
S	BDA – Bens Móveis	R\$ 240.011,08	83	Windows	Forms/Report	Windows	Oracle
S	BDA – Contratos	R\$ 240.011,08	405	Windows	Forms/Report	Windows	Oracle
S	BDA – Exame Periódico - Reformulação	R\$ 0,00		Windows	PHP	Windows	Oracle
S	BDA – Imóveis	R\$ 240.011,08	65	Windows	Forms/Report	Windows	Oracle
S	BDA – Obras	R\$ 240.011,08		Windows	Forms/Report	Windows	Oracle
S	BDA – Prontuário Médico	R\$ 240.011,08		Windows	PHP	Windows	Oracle
S	BDA – Recursos Humanos Aposentados / Pensionistas	R\$ 240.011,08	170	Windows	Forms/Report	Windows	Oracle
S	BDA – Recursos Humanos Benefícios	R\$ 240.011,08	44	Windows	Forms/Report	Windows	Oracle
S	BDA – Recursos Humanos Cedidos / Requisitados	R\$ 240.011,08	38	Windows	Forms/Report	Windows	Oracle
S	BDA – Recursos Humanos Dependentes	R\$ 240.011,08	150	Windows	Forms/Report	Windows	Oracle

	Aplicação	Custo Operacional por ano	Número de Usuários	Camada de Aplicação		Camada de Banco de Dados	
				Sistema Operacional	Linguagens	Sistema Operacional	Banco
S	BDA – Sistema de Saúde	R\$ 240.011,08	1433	Windows	Forms/Report/PHP	Windows	Oracle
S	BDA – Suprimento de Fundos	R\$ 240.011,08	364	Windows	Forms/Report	Windows	Oracle
S	BDA – Telefonia	R\$ 240.011,08	149	Windows	Forms/Report	Windows	Oracle
S	BDA – Unidades	R\$ 240.011,08	145	Windows	Forms/Report	Windows	Oracle
S	BDA – Veículos	R\$ 240.011,08	169	Windows	Forms/Report	Windows	Oracle
S	BDIA – Banco de Dados e Informações Ambientais	R\$ 546.013,32	150	Windows	PHP	Windows	Oracle
N	BOG – Base Operacional Geográfica – Reformulação	R\$ 0,00	120	Windows	PHP	Windows	Oracle
N	CADAGE – Cadastro de Agências	R\$ 622.044,60	30	z/OS Windows	SAS/Delphi	Z / VM	Oracle
N	Cadastro de Empresas – CEMPRE	R\$ 622.044,60	720	z/OS Windows	SAS/Delphi	Windows	Oracle
S	Cadastro de Unidades de Conservação – CUC (Reformulação)	R\$ 0,00		Windows	PHP	Windows	Oracle
N	CADBATCH (Submissão BATCH)	R\$ 130.764,47	322	z/OS Windows	SAS/Delphi	z / VM	Oracle
	Catálogo de dados (imagens de satélite)	R\$ 0,00		Windows	Visual Studio	Windows	PostgreSQL/ Postgis
N	CBS - Cadastro Básico de Seleção	R\$ 584.873,16	30	Windows	SAS	Windows	Oracle
	CLIPPING	R\$ 0,00		Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
	Cobertura e Uso da Terra - Reformulação	R\$ 0,00		Windows	PHP	Windows	Oracle
S	Coleções Científicas – Reformulação dos Herbários de Salvador e da Reserva do Roncador	R\$ 240.011,08	11	Windows	PHP	Windows	Oracle
S	Contas Trimestrais - PIB	R\$ 0,00		Windows	PHP	Windows	Oracle
N	Dicas de Português	R\$ 102.463,79	7303	Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
S	EAD – Histórico e Emissão de Certificados	R\$ 111.756,65		Windows	Java	Windows	Oracle
	ECINF - Economia Informal Urbana	R\$ 0,00		Windows	ASP/C#/ .NET	Windows	Oracle
S	Estimativa de Safra – COAGRO	R\$ 508.841,88	30	Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
S	IPP	R\$ 584.873,16	155	Windows	SAS/PHP/Delphi	Linux/ Windows	PostgreSQL/ MySQL
S	IPP (Sistema de Cálculo)	R\$ 508.841,88		Windows	Delphi	Linux/ Windows	PostgreSQL
	Migração de Sistemas Legados para plataforma 8.0 (Notes)	R\$ 0,00		Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
S	MUNIC	R\$ 546.013,32		Windows	ASP/C#/ .NET	Windows	Oracle
S	Orçamento LOA	R\$ 221.425,36	30	Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
S	PAC – Pesquisa Anual do Comércio	R\$ 622.044,60	332	z/OS Windows	SAS/Delphi/ASP	z / VM/ Windows/ Linux	Oracle/ Dbisam/ PostgreSQL
S	PAIC – Pesquisa Anual da Industrial da Construção	R\$ 622.044,60	166	z/OS Windows	SAS/ Delphi/ASP	z / VM/ Windows/ Linux	Oracle/ Dbisam/ PostgreSQL
S	PAS – Pesquisa Anual de Serviços	R\$ 622.044,60	366	z/OS Windows	SAS/Delphi/ASP	z / VM/ Windows/ Linux	Oracle/ Dbisam/ PostgreSQL

	Aplicação	Custo Operacional por ano	Número de Usuários	Camada de Aplicação		Camada de Banco de Dados	
				Sistema Operacional	Linguagens	Sistema Operacional	Banco
S	PCA – COAGRO: Prod. Vegetal (PAM, PEVS, LSPA, Estoques, PREVS e Florestas Plantadas) e Produção Animal (Abate, Leite, Couro, PPM e POG)	R\$ 546.013,32	1240	Windows	PHP	Windows	Oracle
	PCI – Pesquisa sobre consumo intermediário (indústria, comércio e serviços)	R\$ 0,00		Windows	Delphi	Linux	Oracle
	PENSE	R\$ 0,00		Windows	ASP/C#/ .NET	Windows	Oracle
S	Pesquisa Industrial Anual de Produtos – PIA PROD	R\$ 622.044,60	322	Windows	SAS/Delphi/ASP	z / VM/ Windows	Oracle/ Dbisam/ PostgreSQL
S	PIA - Pesquisa Industrial Anual	R\$ 622.044,60	322	Windows	SAS/Delphi/ASP	z / VM/ Windows	Oracle/ Dbisam/ PostgreSQL
S	PIMES – Pesquisa Industrial Mensal de Empregos e Salários	R\$ 1.032.053,64	65	Windows	SAS/Delphi/ASP	z / VM	PostgreSQL/ Access
S	PIMPF – Revisão Metodológica	R\$ 862.249,56		Windows	PHP/Visual Studio	z / VM	Oracle/ PostgreSQL
S	PIMPF (produção)	R\$ 1.032.053,64	49	z/os Windows	SAS/ASP/Delphi	z / VM	Oracle/ PostgreSQL
S	PINTEC - Pesquisa de Inovação Tecnológica	R\$ 622.044,60	171	Windows	SAS/Delphi/ASP	z / VM	Oracle
S	PINTEC – Revisão Metodológica	R\$ 546.013,32		Windows	PHP/Visual Studio	z / VM	Oracle/ PostgreSQL
	Plano de Trabalho Operacional – PTO	R\$ 0,00		Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
S	PME – Pesquisa Mensal de Empregos	R\$ 918.006,72	484	z/os Windows	Microsoft/Active Sync/Adobe Reader/EMBEDDED/Tools/Office Prof./C#/DIA	Windows	Oracle
	PMS – Pesquisa Mensal de Serviços	R\$ 0,00		Windows	Delphi	Linux	Oracle
N	PNAD 2009 – LISTAGEM	R\$ 546.013,32	2678	Windows	Microsoft Active Sync /Tools/ Crystal/Report/embeddedVisual Studio	Windows	Oracle/ INTERBASE
S	PNAD 2009 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	R\$ 508.841,88	60	z/os Windows UNIX	CSP/SAS/PL-I/Opus ASP/C#/ .NET	Windows	DB2/NOTES/ METABD/ OpenBase/ Oracle
S	PNAD Contínua	R\$ 0,00		Windows	Microsoft/Active Sync/C#/Visual Studio	Windows	Oracle
S	PNSB - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico	R\$ 508.841,88	81	Windows	Delphi	Windows	Oracle
S	POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares	R\$ 508.841,88	149	Windows	Delphi	Windows	Oracle/ Firebird
S	POF Simplificada	R\$ 546.013,32	149	Windows	Delphi	Windows	Oracle/Firebird
S	Portal da Divisão dos Países da Língua Portuguesa em Nomes Geográficos	R\$ 240.011,08	10	Windows	Java script/ ASP/ .NET/ C#	Windows	PostgreSQL
	Portal da ENCE – Reformulação	R\$ 0,00		Windows	Ferramenta Liferay/ Java	Windows	Oracle
	Portal de Saúde	R\$ 0,00		Windows	Ferramenta Liferay/ Java	Windows	Oracle

	Aplicação	Custo Operacional por ano	Número de Usuários	Camada de Aplicação		Camada de Banco de Dados	
				Sistema Operacional	Linguagens	Sistema Operacional	Banco
	Portal do Treinamento ENCE - Reformulação	R\$ 0,00		Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
S	PRODLIST	R\$ 622.044,60	30	Windows	SAS/Excel	Linux	Oracle
S	Prognostico COAGRO	R\$ 508.841,88	40	Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
	Projeto de Infraestrutura Geoespacial Nacional – PIGN – Comunidades Guarani do Estado do Rio de Janeiro	R\$ 0,00		Windows	QuantumGis/Map Objects/Visual Studio/java	Windows	PostgreSQL/ Postgis
	Projeto de Infraestrutura Geoespacial Nacional – PIGN – Quilombola do Castainho	R\$ 0,00		Windows	QuantumGis/Map Objects/Visual Studio/java	Windows	PostgreSQL/ Postgis
	PSH – Pesquisa de Serviços de Meios de Hospedagem	R\$ 0,00		Windows	Delphi	Linux	Oracle
	PSPP – Pesquisa sobre Serviços de Publicidade e Propaganda	R\$ 0,00		Windows	Delphi	Linux	Oracle
	PSTI – Pesquisa de Serviços de Tecnologia da Informação	R\$ 0,00		Windows	Delphi	Linux	Oracle
	Questionário Eletrônico Único (Reformulação das Pesquisas Econômicas)	R\$ 0,00		Windows	PHP/Visual Studio	Linux	Oracle
N	RAIS	R\$ 546.013,32	720	Windows	Delphi	Windows	Oracle
	Recursos Hídricos	R\$ 0,00		Windows	PHP	Windows	Oracle
S	Registro Civil	R\$ 546.013,32	224	Windows	Delphi/ASP	Windows	INTERBASE/ Oracle
	SIEO-RF: Sistema de Eficiência Operacional de Recursos Financeiros	R\$ 0,00		Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
	SIEO-RH: Sistema de Eficiência Operacional de Recursos Humanos	R\$ 0,00		Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
	SIEO-RM: Sistema de Eficiência Operacional de Recursos Materiais	R\$ 0,00		Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
S	SIGA REDE – Pesquisas	R\$ 221.425,36	7303	Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
	SIGEO CENSO – COC (Orçamento Censo)	R\$ 0,00		Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
	SIGEO DPE Orçamento DPE	R\$ 0,00		Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
	SIGEO INFRA (Orçamento COF)	R\$ 0,00		Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
N	SIMCAD	R\$ 546.013,32	35	Windows	Delphi	Linux	Oracle
N	SINAPI – Cadastro Web (Caixa Econômica)	R\$ 508.841,88		Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
S	SINAPI (extensiva) Sistema nacional de Pesquisa de Custos e índices da Construção Civil	R\$ 546.013,32	780	Windows	VB / Office Prof./Excel	Windows	Access/Oracle
N	SINAPI (mensal) – Sistema nacional de Pesquisa de Custos e índices da Construção Civil	R\$ 1.032.053,64	780	Windows	SAS/VB/Delphi/ASP	Windows	Oracle
	SIPD – Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares	R\$ 0,00		Windows	Microsoft/Active Sync/C#/Visual Studio	Windows	Oracle
	Sistema de Gerenciamento de	R\$ 0,00		Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes

	Aplicação	Custo Operacional por ano	Número de Usuários	Camada de Aplicação		Camada de Banco de Dados	
				Sistema Operacional	Linguagens	Sistema Operacional	Banco
	Projetos						
	Sistema de Registro Acadêmico: DOUTORADO	R\$ 0,00		Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
	Sistema de Registro Acadêmico: MESTRADO	R\$ 0,00		Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
	Sistema de Unidades – Reformulação	R\$ 0,00		Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
	Sistema Integrado de Planejamento (SIP)	R\$ 0,00		Windows	PHP	Windows	Oracle
S	SNIPC – Sistema de Índices de Preços ao consumidor	R\$ 918.006,72	401	z/os Windows	Cobol/PLI/SAS/Cl CicS/VSAM/Front Page/Delphi/ Visual Studio /Report	Windows	Oracle
	Terras Indígenas	R\$ 0,00		Windows	PHP	Windows	Oracle
	TIC Empresas – Pesquisa sobre o acesso e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Empresas	R\$ 0,00		Windows	Delphi	Linux	Oracle
	Usuário Fonte: AMS	R\$ 0,00		Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes
	Usuário Fonte: Trigo	R\$ 0,00		Windows	Ferramenta Lotus Notes Domino	Windows	Notes

Obs. Importante 1: Relembramos a atipicidade das atividades e dotações do IBGE em anos em que ocorrem Censos Demográficos.

Obs. Importante 2: Quando, na coluna 'Número de Usuários', não houver informação, desejamos indicar que são projetos a realizar.

Anexo 1: Lei Orçamentária 2010 - IBGE

47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Funcional Programática	Programa/Ação/Produto	GND	Fte	Valor
Total IBGE				2.811.375.464
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União			464.291.642
	Operações Especiais			464.291.642
09 272 0089 0181 0001 9999	Pagamento de Aposentadorias e Pensões-Servidores Civis Pessoa Beneficiada (Unidade): 7.588	1-PES	100	262.427.816
		1-PES	156	77.223.523
		1-PES	169	124.640.303
0796	Informações Estatísticas e Geocientíficas			2.318.001.744
	Atividades			819.617.586
04 122 0796 2272 0001 9999	Gestão e Administração do Programa Ação Padronizada	1-PES	100	614.597.807
		3-ODC	100	58.225.725
		3-ODC	250	640.000
		3-ODC	280	461.880
		4-INV	100	4.250.000
		4-INV	250	640.000
		5 - IFI	100	10.000
04 301 0796 2004 0001 9999	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes Pessoa Beneficiada (Unidade): 29.299	3-ODC	100	25.314.336
04 301 0796 20CW 0001 9999	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos Servidor Beneficiado (Unidade): 6.559	3-ODC	100	1.180.707
04 331 0796 2011 0001 9999	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Servidor Beneficiado (Unidade): 6.299	3-ODC	100	9.146.184
04 306 0796 2012 0001 9999	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Servidor Beneficiado (Unidade): 13.359	3-ODC	100	23.083.818
04 365 0796 2010 0001 9999	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Criança atendida (Unidade): 499	3-ODC	100	532.746
04 128 0796 4572 0001 9999	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Servidor Capacitado (Unidade):2.500	3-ODC	100	994.465
04 571 0796 4227 0001 9999	Pesquisas Conjunturais Resultado divulgado (Unidade):137	3-ODC	100	8.250.287
04 571 0796 4228 0001 9999	Pesquisas Estruturais da Área Econômica Resultado divulgado (Unidade):14	3-ODC	100	5.535.454
04 571 0796 2228 0001 9999	Pesquisas Estruturas da Área Sociodemográfica Resultado divulgado (Unidade):4	3-ODC	100	2.434.209
04 571 0796 2665 0001 9999	Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais Resultado divulgado (Unidade):75	3-ODC	100	972.631
04 127 0796 2229 0001 9999	Mapeamento Terrestre de Referência Base cartográfica publicada (Unidade): 671	3-ODC	100	1.560.661
		3-ODC	281	36.000
04 571 0796 2231 0001 9999	Sistema Geodésico Brasileiro Informação disponibilizada (Unidade):3.600	3-ODC	100	923.537
04 573 0796 2230 0001 9999	Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas Usuário atendido (Unidade): 23.000.000	3-ODC	100	3.281.653
		3-ODC	250	165.725
		4-INV	100	552.622
04 131 0796 4641 0001 9999	Publicidade de Utilidade Pública Ação Padronizada	3-ODC	100	34.000.000
04 126 0796 2236 0001 9999	Sistema Informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos			20.840.740

	Sistema mantido (Unidade): 1	3-ODC	100	20.460.740
		3-ODC	250	380.000
04 121 0796 200J 0001 9999	Atualização Contínua da Base Territorial			352.401
	Componente da base atualizado (Unidade): 5.565	3-ODC	100	249.430
		4-INV	100	102.971
04 126 0796 2C51 0001 9999	Revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas			49.998
	Plano Geral Revisado (Unidade): 1	3-ODC	100	49.998

continua

Funcional Programática	Programa/Ação/Produto	GND	Fte	Valor
0796	Informações Estatísticas e Geocientíficas			
	Projetos			1.376.819.978
04 122 0796 10RY 0001 9999	Implantação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias			446.400
	Sistema implantado (% de execução física): 1	3-ODC	100	446.400
04 122 0796 5280 0001 9999	Implantação do Novo Modelo Nacional de Índices de Preços ao Consumidor			1.982.109
	Modelo Implantado (% de execução física): 4	3-ODC	100	1.982.109
04 121 0796 1793 0001 9999	Implantação de Sistemas de Índice de Preços ao Produtor - IPP			894.090
	Sistema Implantado (% de execução física): 7	3-ODC	100	894.090
04 121 0796 110G 0001 9999	Implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua			781.200
	Pesquisa implantada (% de execução física): 1	3-ODC	100	781.200
04 121 0796 11GU 0001 2838	Pesquisa de Orçamentos Familiares			450.000
	Pesquisa realizada (% de execução física): 15	3-ODC	100	450.000
04 121 0796 11EF 0001 9999	Mudança do Referencial Geodésico			154.979
	Sistema implantado (% de execução física): 15	3-ODC	100	84.979
		4-INV	100	70.000
04 126 0796 3596 0001 9999	Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia			664.800
	Sistema Implantado (% de execução física): 1	4-INV	100	664.800
04 126 0796 1K32 0001 9999	Desenvolvimento do Sistema de Informações Geográficas do Brasil - SIG Brasil			5.000.000
	Sistema Desenvolvido (% de execução física): 11	3-ODC	100	4.000.000
		4-INV	100	1.000.000
04 121 0796 5292 0001 9999	Censo Demográfico 2010			1.366.000.000
	Censo divulgado (% de execução física): 82	3-ODC	100	1.202.734.588
		4-INV	100	163.265.412
04 121 0796 11IA 0001 9999	Estudo da Modalidade de Censo Demográfico Contínuo			446.400
	Estudo realizado (% de execução física): 1	3-ODC	100	446.400
	Operações Especiais			121.564.180
04 122 0796 0110 0001 9999	Contribuição à Previdência Privada			50.000
		1-PES	100	50.000
04 122 0796 09HB 0001 9999	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais			121.514.180
		1-PES	100	121.514.180
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais			27.689.542
	Operações Especiais			27.689.542
28 846 0901 0005 0001 9999	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas			24.563.419
		1-PES	100	23.682.748
		3-ODC	100	880.671
28 846 0901 00G5 0001 9999	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor			3.126.123
		1-PES	100	3.126.123
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)			354.502
	Operações Especiais			354.502
28 844 0906 0284 0001 9999	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa			354.502
		2-JUR	144	354.502
1073	Brasil Universitário			559.294
	Atividade			559.294
04 364 1073 8547 0001 9999	Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências			559.294
	Aluno Matriculado (Unidade): 310	3-ODC	100	559.294
1375	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica			478.740
	Atividade			478.740

04 364 1375 8015 0101 9999	Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências		478.740
	Aluno Matriculado (Unidade): 120	3-ODC 100	478.740

Fonte: Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010 – LOA 2010

Anexo 2: Orçamento do IBGE 2010 segundo códigos e especificações por classes orçamentárias

Código / Especificação	LOA 2010
Total IBGE	2.811.375.464
Programas e Operações Especiais	
0796 - Informações Estatísticas e Geocientíficas	2.318.001.744
1073 - Brasil Universitário	559.294
0043 - Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	478.740
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	464.291.642
0901 - Cumprimento de Sentenças Judiciais	27.689.542
0906 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	354.502
Função	
04 - Administração	2.319.039.778
09 - Previdência Social	464.291.642
28 - Encargos Especiais	28.044.044
Subfunção	
121 - Planejamento e Orçamento	1.369.079.070
122 - Administração Geral	802.818.101
126 - Tecnologia da Informação	26.555.538
127 - Ordenamento Territorial	1.596.661
128 - Formação de Recursos Humanos	994.465
131 - Comunicação Social	34.000.000
272 - Previdência do Regime Estatutário	464.291.642
301 - Atenção Básica	26.495.043
306 - Alimentação e Nutrição	23.083.818
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	9.146.184
364 - Ensino Superior	1.038.034
365 - Educação Infantil	532.746
571 - Desenvolvimento Científico	19.700.118
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	4.000.000
844 - Serviço da Dívida Externa	354.502
846 - Outros Encargos Especiais	27.689.542
Grupo de Despesas	
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.227.262.500
2 - Juros	354.502
3 - Outras Despesas Correntes	1.413.202.657
4 - Investimentos	170.545.805
5 - Inversões Financeiras	10.000
Fonte	
100 - Recursos Ordinários	2.605.249.531
1 - PES	1.025.398.674
3 - ODC	1.409.935.052
4 - INV	169.905.805
5 - IFI	10.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	354.502
2 - JUR	354.502
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	77.223.523
1 - PES	77.223.523
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	124.640.303
1 - PES	124.640.303
250 - Recursos Próprios - não financeiros	1.825.725
3 - ODC	1.185.725
4 - INV	640.000
280 - Recursos Próprios - financeiros	461.880
3 - ODC	461.880
281 - Recursos de Convênios	1.620.000

3 - ODC	1.620.000
Tipos de Ação e Operações Especiais	
Atividades	820.655.620
Projetos	1.376.819.978
Operações Especiais	613.899.866

Fonte: Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010 – LOA 2010

Anexo 3: Orçamento do IBGE 2010 segundo o tipo de despesa

AÇÕES/ ATIVIDADE	VALOR	%
Total IBGE	2.811.375.464	100,00
Pagamento de Pessoal	1.227.262.500	43,65
Ativos	614.597.807,00	50,08
Inativos	464.291.642	37,83
Sentenças Judiciais	23.682.748	1,93
Previdência Privada (SIAS)	50.000	0,00
Previdência dos Servidores Públicos Federais	124.640.303	10,16
Benefícios	59.257.791	2,11
Auxílio-Saúde e Odontológico	26.495.043	44,71
Auxílio Transporte	9.146.184	15,43
Auxílio Alimentação	23.083.818	38,95
Auxílio Pré-escolar	532.746	0,90
Ações Finalísticas, Informática e Disseminação	90.913.496	3,23
Estatísticas	22.407.747	24,65
Geocientíficas	9.665.009	10,63
Informática	20.840.740	22,92
Disseminação	38.000.000	41,80
Ações Censitárias	1.366.446.400	48,60
Ações de Ensino e Capacitação	2.032.499	0,07
Ensino de Graduação	559.294	27,52
Ensino de Pós-Graduação	478.740	23,55
Capacitação Servidor IBGE	994.465	48,93
Outras Despesas	7.198.917	0,26
Amortização da Dívida	354.502	4,92
Complemento Sentenças Judiciais (ODC)	880.671	12,23
PASEP	5.953.744	82,70
Inversão Financeira	10.000	0,14
Investimento (Administração)	4.890.000	0,17
Infra-Estrutura, Administração da Presidência, DE e Ues	53.373.861	1,90

Fonte: Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010 – LOA 2010

Anexo 4: Ações por Funções e Subfunções Orçamentárias

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		ACÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Nº	ESPECIFICAÇÃO	PPA 2010
04 ADMINISTRAÇÃO		
121	Planejamento e Orçamento	Implantação de Sistemas de Índice de Preços ao Produtor - IPP Implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua Pesquisa de Orçamentos Familiares !Pesquisa de Orçamentos Familiares Contínuas Mudança do Referencial Geodésico !Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos Atualização Contínua da Base Territorial Censo Demográfico 2010 Estudo da Modalidade de Censo Demográfico Contínuo !Realização da Pesquisa sobre Economia Informal Urbana - ECINF
122	Administração Geral	Gestão e Administração do Programa Implantação do Novo Modelo Nacional de Índices de Preços ao Consumidor Implantação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Contribuição à Previdência Privada
126	Tecnologia da Informação	Sistema Informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia Desenvolvimento do Sistema de Informações Geográficas do Brasil - SIG Brasil Revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas !Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE
127	Ordenamento Territorial	Mapeamento Terrestre de Referência
128	Formação de Recursos Humanos	Capacitação dos Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
131	Comunicação Social	Publicidade de Utilidade Pública
301	Atenção Básica	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
306	Alimentação e Nutrição	Auxílio - Alimentação aos Servidores e Empregados
331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	Auxílio - Transporte aos Servidores e Empregados
364	Ensino Superior	Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatísticas e Geociências Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências
365	Educação Infantil	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
571	Desenvolvimento Científico	Pesquisas Conjunturais Pesquisas Estruturais da Área Econômica Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais Sistema Geodésico Brasileiro
573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas
09 PREVIDÊNCIA SOCIAL		
272	Previdência do Regime Estatutário	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis
28 ENCARGOS ESPECIAIS		
844	Serviço da Dívida Externa	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa
846	Outros Encargos Especiais	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor

Anexo 5: Responsáveis pela Gestão do PPA

PROGRAMAS / AÇÕES	unidade responsável	Coordenador de Ação	Coordenador-executivo de Ação
Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas			
Gerente do Programa: Eduardo Pereira Nunes			
Gerente -Executivo do Programa: Sérgio da Costa Côrtes			
Revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas Gestão e Administração do Programa Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Contribuição à Previdência Privada Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	DE	Sérgio da Costa Côrtes	Fábio Thomaz Barbosa Fábio Thomaz Barbosa Paula Dias Azevedo Paula Dias Azevedo Paula Dias Azevedo Paula Dias Azevedo Paula Dias Azevedo Paula Dias Azevedo Franklin Moreira de Almeida Paula Dias Azevedo
Pesquisas Conjunturais Pesquisas Estruturais da Área Econômica Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica Implantação de Sistemas de Índice de Preços ao Produtor - IPP Implantação do Novo Modelo Nacional de Índices de Preços ao Consumidor Pesquisa de Orçamentos Familiares Pesquisa de Orçamentos Familiares Contínuas Realização da Pesquisa de Economia Informal Urbana - ECINF Implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua Implantação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias Estudo da Modalidade de Censo Demográfico Contínuo	DPE	Wasmália Socorro Barata Bivar	Taurino de Vasconcelos Millen
Mapeamento Terrestre de Referência Sistema Geodésico Brasileiro Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais Atualização Contínua da Base Territorial Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia Mudança do Referencial Geodésico Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE	DGC	Luis Paulo Souto Fortes	Antonio Ferreira Antunes
Sistema Informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos	DI	Paulo César Moraes Simões	Luiz Gutman
Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas Publicidade de Utilidade Pública Desenvolvimento do Sistema de Informações Geográficas do Brasil - SIG Brasil	CDDI	Davi Wu Tai Sérgio da Costa Côrtes	Marise Maria Ferreira
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	ENCE		Sandra Cavalcanti Barros
Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos Censo Demográfico 2010	COC	Maria Vilma Salles Garcia	Laura Barido
Programa Brasil Universitário			
Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatísticas e Geocientíficas	ENCE	Sérgio da Costa Côrtes	Sandra Cavalcanti Barros
Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica			
Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatísticas e Geocientíficas	ENCE	Sérgio da Costa Côrtes	Sandra Cavalcanti Barros
Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União			
Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	DE	Sérgio da Costa Côrtes	Paula Dias Azevedo
Operação Especial: Cumprimento de Sentenças Judiciais			
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor	DE	—	—

Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas			
---	--	--	--

Operação Especial: Serviços da Dívida Externa (Juros e Amortizações)

Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	DE	—	—
--	----	---	---

Fonte: Diretoria-Executiva – DE/CPS, janeiro 2009.